

Quem disse ?

«Portugal já foi uma república a fingir. Quando era uma ditadura. Quando o escândalo dos "Ballets Roses" era abafado e Mário Soares deportado. Quando a Comunicação Social não podia falar de crises, fossem elas de regime ou não. Hoje sabe-se, fala-se, discute-se.»

Manuel Alegre
Expresso, 27 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1013 1 ABRIL 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guterres na Bulgária e República Checa

Solidariedade com os países de Leste

António Guterres visitou esta semana a República Checa e a Bulgária, visando reafirmar o apoio de Portugal ao alargamento a Leste da União Europeia e da Aliança Atlântica. Os temas do alargamento da União Europeia e da intervenção da NATO no Kosovo dominaram as conversações políticas, quer em Praga quer em Sófia.

No encontro com o Presidente da República Checa, Vaclav Havel, segunda-feira, em Praga, o chefe do Governo português lembrou que o recente acordo alcançado na cimeira do Conselho Europeu em Berlim, em torno da questão da Agenda 2000, permitiu a aprovação de verbas para os «Quinze» Estados-membros até ao ano 2006 e, em separado, as que se destinam a financiar o alargamento a Leste. Esta separação, segundo António Guterres, representa uma garantia de que nenhum Estado-membro irá vetar a adesão de um país à União Europeia por problemas relacionados com dotações orçamentais.

António Guterres manifestou ainda a sua convicção de que estão criadas todas as condições para que as negociações do alargamento tenham lugar no mais breve espaço de tempo possível, salientando que Portugal está empenhado para que a sua presidência da União Europeia, no primeiro semestre do próximo ano, represente um forte impulso nesse processo.

Já na Bulgária, acompanhado pelo ministro da Economia, Pina Moura, e por vários empresários, as questões financeiras e a intervenção da NATO no Kosovo foram os principais temas da agenda do chefe do Governo. No momento em que chegava a Sófia, António Guterres logo sublinhou o seu empenho numa próxima adesão da Bulgária à NATO.

Antes de ter regressado ontem a Lisboa, António Guterres presidiu em Sófia ao encerramento de um seminário económico, bem como à assinatura de protocolos entre Portugal e a Bulgária nas áreas do turismo e da protecção de investimentos.

MAIS FUNDOS DA EUROPA ATÉ 2006 GRANDE ÉXITO DO GOVERNO NA CIMEIRA DE BERLIM



O Governo português e, em particular, o primeiro-ministro, saíram das negociações da Agenda 2000 com um resultado a todos os níveis excelente. Nas negociações mais difíceis de sempre desde que o país aderiu à Comunidade Económica Europeia e num momento em que as nações ricas pretendiam reduzir as suas contribuições para o orçamento da União Europeia, Portugal conseguiu ainda ganhar o direito de acesso a mais fundos nos próximos sete anos. No computo global do orçamento da União Europeia, as verbas a transferir para o país crescem de 10,6 para 10,8 por cento. A média anual de fluxo de fundos comunitários sobe de 637 para 656 milhões de contos. O PP e o PSD, depois de tantas críticas destrutivas sobre a estratégia negocial de António Guterres, não tiveram outro remédio que não fosse felicitar o primeiro-ministro pelos resultados alcançados. O Presidente da República disse que Portugal ultrapassou o mais difícil desafio dos últimos meses.

Sociedade & País

Chefe de Estado pede ponderação na Justiça Magistraturas devem evitar excessos de zelo e corporativismos



O chefe de Estado recebeu domingo, no Palácio de Belém, o primeiro-ministro. A audiência incidiu sobre a situação dos sistemas de justiça, com o Presidente da República a criticar corporativismos e a lembrar que as magistraturas devem evitar excessos de zelo na defesa da imagem própria. António Guterres, por seu turno, considerou positivas as palavras de Jorge Sampaio e lembrou que as questões no sector da Justiça só podem ser resolvidas com o contributo de todos.

PS

Apresentação dos Candidatos ao Parlamento Europeu

Com a presença de
Mário Soares
António Guterres

Sábado, 10 de Abril, 18.30h
Pavilhão 4 da FIL
Parque das Nações
Lisboa





Vitória em Berlim

O Governo e sobretudo o primeiro ministro, António Guterres, estão de parabéns. A vitória nas negociações da Agenda 2000, obtida em Berlim, na passada semana, veio trazer para nosso País, no cómputo global, mais fundos para os próximos sete anos.

Portugal, nas negociações mais difíceis de sempre desde que o país aderiu à Comunidade Económica Europeia e num momento em que as nações ricas pretendiam reduzir as suas contribuições para o orçamento da União Europeia, conseguiu ainda ganhar o direito ao acesso a mais fundos aumentando de 10,6 para 10,8 por cento o valor das verbas a transferir.

Neste contexto, Portugal passará a receber em média anualmente 656 milhões de contos. Os resultados da cimeira de Berlim vieram, ainda, para os «países da coesão», onde Portugal está incluído, garantir que a concessão dos dinheiros que lhes são pagos não dependerá de critérios suplementares, além dos resultantes do Pacto de Estabilidade sobre disciplina orçamental na zona monetária do euro.

António Guterres classificou como «um grande sucesso» para o país os resultados obtidos, na madrugada de sexta-feira, na negociação das perspectivas da União Europeia até 2006. Sublinhando o contexto – de diminuição das despesas comunitárias – em que decorreram estas negociações, Guterres reconheceu que o Governo «alcançou todos os objectivos que se tinha proposto alcançar».

Os resultados obtidos nesta dura e difícil cimeira acabaram por ser reconhecidos por toda a oposição e mereceram da parte do Presidente da República rasgados elogios: «estamos de parabéns, porque numa Europa com dificuldades, Portugal conseguiu demonstrar que é um caso específico a merecer ser visto de maneira especial». Para o chefe de Estado, Jorge Sampaio «os resultados da cimeira podem e vão ser decisivos para o nosso desenvolvimento nos próximos sete anos. Esta fronteira tão difícil foi ultrapassada e penso que hoje deve ser o dia em que isso se consagrou» referiu.



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DA AD É UMA BURLA

A edição de 2 de Abril de 1981 do «Acção Socialista» tinha como principal manchete uma intervenção da camarada Teresa Ambrósio na Assembleia da República, durante uma interpelação do PS ao Governo da AD sobre política de Educação. Desde sempre uma das maiores especialidades do PS na área da Educação, a camarada Teresa Ambrósio brilhava uma vez mais numa intervenção no Parlamento, ao denunciar, com dados indimentáveis, que «todas as belas intenções do Governo AD» em matéria de Educação eram «uma burla».

«As dezenas de milhar de jovens que a Universidade repeliu às suas portas engrossam a multidão que vegeta e se frustra», afirmava.

Resumindo, é «o caos, incompetência, elitismo, demagogia, favoritismo. É assim que podemos honestamente e com coragem denunciar a política educativa da AD, a qual prima ainda por um completo desprezo pelos órgãos de soberania». Destaque ainda nesta edição para um artigo do camarada José Leitão, então primeiro subscritor de uma moção ao IV Congresso, na qual se defendia um projecto de socialismo democrático autogestionário, construído a partir da base pelos trabalhadores.

J. C. C. B.

2 de Abril

Quem disse?

«O futuro pertence aos que se batem por ideias claras, pelos que se unem de forma não exclusivamente determinada pela luta pelo poder. Cada vez mais as correntes de opinião assentes em projectos concretos substituirão no PS as facções de conteúdo político impreciso unidas conjuntamente pela vontade de obter a hegemonia no partido.»

José Leitão



Até sempre, Mandela

Nelson Mandela, uma das grandes figuras deste século, pronunciou no dia 26 de Março o seu último discurso perante o Parlamento sul-africano, reunido em sessão extraordinária de «despedida».

O Presidente sul-africano, de 80 anos, desejou «bom trabalho» aos futuros legisladores, que serão eleitos em Junho.

É o descanso do guerreiro que, em nome de valores e princípios, passou cerca de 30 anos nas masmorras do regime do «apartheid» e que, finalmente liberto em Fevereiro de 1989, foi o principal artífice do processo de transição para uma África do



Sul democrática e multirracial, sem ódios e rancores.

EFE MéRIDES - A CAMINHO DA LIBERDADE

Alberto Martins é preso pela PIDE

A 17 de Abril de 1969, o camarada Alberto Martins tem uma atitude de grande coragem que lhe vale a prisão pela PIDE.

Na sessão solene de inauguração do novo edifício das Matemáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde estavam presentes, entre outros altos dignitários do regime fascista, o Presidente da República e o ministro da Educação Nacional, Alberto Martins, então presidente da Associação Académica de Coimbra, estraga a festa ao cometer o «crime» de pretender usar da palavra, o que é recusado. Esbirros da PIDE prendem o jovem «subversivo» Alberto Martins.

Esta atitude repressiva do chamado Estado Novo provoca uma onda generalizada de protestos dos estudantes. Inicia-se a crise académica de 1969 e o regime sofre mais um importante abalo.



Última reunião clandestina da Comissão Coordenadora do MFA

A 24 de Março de 1974 realiza-se a última reunião clandestina da Comissão Coordenadora do MFA.

Nessa reunião fica decidido que o derrube do regime ditatorial que oprime há décadas o povo português só poderia ser alcançado pela via militar e que o Movimento se deveria empenhar na rápida concretização desse objectivo.

O golpe de Estado é então marcado para a semana de 20 a 27 de Abril de 1974.



Rádio Portugal Livre inicia emissões a 12 de Março de 1962

A Rádio Portugal Livre, da responsabilidade da oposição ao regime fascista, inicia a 12 de Março de 1962 as suas emissões em onda curta a partir de Argel, capital da Argélia.

Esta emissora, aos microfones da qual o

camarada Manuel Alegre viria tornar-se na voz da resistência ao salazarismo, foi um espaço de liberdade e de denúncia da política de repressão, monolitismo informativo e de subdesenvolvimento económico e social do salazarismo.

J. C. CASTELO BRANCO

GRANDE ÊXITO DO GOVERNO NA CIMEIRA DE BERLIM

O Governo português e, em particular, o primeiro-ministro, saíram das negociações da Agenda 2000 com um resultado a todos os níveis excelente. Nas negociações mais difíceis de sempre desde que o país aderiu à Comunidade Económica Europeia e num momento em que as nações ricas pretendiam reduzir as suas contribuições para o orçamento da União Europeia, Portugal conseguiu ainda ganhar o direito de acesso a mais fundos nos próximos sete anos. No computo global do orçamento da União Europeia, as verbas a transferir para o país crescem de 10,6 para 10,8 por cento. A média anual de afluxo de fundos comunitários sobe de 637 para 656 milhões de contos. O PP e o PSD, depois de tantas críticas destrutivas sobre a estratégia negocial de António Guterres, não tiveram outro remédio que não fosse felicitar o primeiro-ministro pelos resultados alcançados. O Presidente da República disse que Portugal ultrapassou o mais difícil desafio dos últimos meses.

As negociações da Agenda 2000 foram as mais complicadas de sempre desde que Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, mas os resultados obtidos na madrugada de sexta-feira, em Berlim, no final do Conselho Europeu, revelaram-se um enorme êxito. Visivelmente satisfeito, António Guterres classificou como «um grande sucesso» para o país os resultados obtidos na negociação das perspectivas financeiras da União Europeia até 2006. «Alcançamos todos os objectivos que nos tínhamos proposto alcançar», declarou o chefe do Governo, após uma maratona negocial de 20 horas.

Esta perspectiva do secretário-geral do PS não sofreu depois qualquer contestação por parte da oposição. Também o PSD e o PP não tiveram outro remédio se não elogiar a acção de António Guterres. Segundo as estimativas da Comissão Europeia, o acordo alcançado permite que Portugal receba no período de 2000 a 2006 uma média anual de 656 milhões de contos contra 637 milhões nos anos de 1994 a 1999. Com o acréscimo decorrente da negociação das reformas do orçamento e dos fundos agrícolas e regionais da União Europeia para os anos de 2000 a 2006, a parte de Portugal no conjunto dos fundos estruturais sobe de 10,6 para 10,8 por cento. Por outro lado, as transferências para Portugal da secção Garantia (apoio aos mercados) do fundo agrícola europeu (FEOGA) atingirão cerca de 900 milhões de contos ao longo do período entre 2000 e



2006, o que representa um aumento global para o conjunto dos sete anos de cerca de 160 milhões de contos comparativamente ao nível actual. Este valor, no entanto, ainda ultrapassará os 1100 milhões de contos caso se considere os actuais apoios financeiros ao desenvolvimento económico das regiões agrícolas portuguesas, cujo provável reforço depende dos resultados de um programa nacional de desenvolvimento rural a apresentar por Portugal à Comissão Europeia.

Inversão nos princípios da PAC

No final da cimeira de Berlim, António Guterres sublinhou que o aumento de fundos comunitários para Portugal ocorre num contexto de diminuição das despesas comunitárias. Na frente agrícola, considerou mesmo que se deu «uma total inversão» das razões que haviam levado o Governo português a rejeitar o projecto de reforma da Política Agrícola Comum (PAC), recentemente adoptado pelos respectivos ministros da Agricultura. Ao abrigo de um «acordo de cavalheiros», celebrado à margem da cimeira de Berlim por António Guterres e pelo comissário Franz Fischler, Portugal registou ganhos nos sectores do tomate e no aumento da área de cultivo para o trigo duro. Estes ganhos explicam-se, segundo o Governo, pelo reconhecimento explícito da especificidade da agricultura portuguesa, a mais pobre da União Europeia. Ainda quanto aos resultados da cimeira de Berlim, os chamados «países da coesão», onde Portugal está incluído, obtiveram a garantia de que a concessão dos dinheiros que lhes são pagos não dependerá de critérios suplementares, além dos resultantes do Pacto de Estabilidade sobre disciplina orçamental na zona monetária do euro. Também a solução encontrada para a Região de Lisboa e Vale do Tejo do lote das regiões menos desenvolvidas da União Europeia

(Objectivo 1) não irá penalizar o País. Pelo acordo alcançado, continua-se a dispor de vários meios comunitários para proporcionar um desenvolvimento equilibrado do País. António Guterres congratulou-se igualmente com a demonstração de capacidade da presidência alemã. Segundo o primeiro-ministro, agiu de acordo com o interesse europeu, ao fazer aprovar um pacote de reformas equitativo. De acordo com o chefe do Governo, os países que vão pagar a Agenda 2000 são a Alemanha, que não vê contemplada a exigência de reduzir substancialmente a sua contribuição para os cofres comunitários, a par de países com saldo zero em termos de transferências financeiras, casos da Bélgica, França, Dinamarca e Itália.

Presidente da República satisfeito

Após o acordo em torno da Agenda 2000,

o primeiro-ministro revelou que teria vetado qualquer solução sobre as reformas do orçamento e dos fundos da União Europeia se Portugal tivesse garantido uma média anual de financiamentos comunitários inferior à do actual Quadro Comunitário de Apoio. Concluiu que, se acaso se tivesse candidatado à presidência da Comissão Europeia, decerto disporia de menor margem de manobra negocial em Berlim. «Acho que não estaria tão livre para negociar», respondeu aos jornalistas o primeiro-ministro. António Guterres usou ainda linguagem futebolística para procurar exprimir as dificuldades do acordo alcançado na Alemanha. «A bola estava a saltitar a meio campo e, no último minuto, Portugal meteu golo». O chefe do Governo não tem dúvidas que Portugal enfrentou na União Europeia a mais difícil cimeira de sempre.

Perante os resultados das negociações de Berlim, o Presidente da República congratulou-se com o volume de transferência conseguido até 2006, salientando estar ultrapassado o principal desafio que o país enfrentou nos últimos meses. «Os resultados da cimeira podem e vão ser decisivos para o nosso desenvolvimento nos próximos sete anos. Esta fronteira tão difícil foi ultrapassada e penso que hoje deve ser o dia em que isso se consagra», afirmou o chefe de Estado. «Estamos de parabéns porque, numa Europa com dificuldades, Portugal conseguiu demonstrar que é um caso específico a merecer ser visto de maneira especial», acrescentou Jorge Sampaio. Após ter regressado a Lisboa, na sexta-feira, os ministros e os secretários de Estado da Presidência e Adjunto deslocaram-se a São Bento para felicitar António Guterres pelo resultado obtido por Portugal na cimeira europeia de Berlim.

PS

Comissão Política

LISTA EUROPEIA APROVADA POR AMPLA MAIORIA

A Comissão Política do PS aprovou na sexta-feira a lista do partido concorrente às próximas eleições para o Parlamento Europeu. A proposta de lista foi trabalhada nas últimas semanas pelo membro da Comissão Permanente Jorge Coelho e mereceu 94 votos a favor, quatro contra, seis abstenções, seis votos brancos e um nulo.

Antes de se iniciar a Comissão Política do partido, esteve reunido o Secretariado Nacional do PS, onde a mesma lista foi aprovada por unanimidade. A lista vai ser encabeçada por Mário Soa-

res, que será seguido pelos camaradas: António José Seguro, Luís Marinho, Helena Torres Marques, Carlos Lage, António Campos, Sérgio Sousa Pinto, Maria Carrilho, um representante a indicar pelos Açores, Carlos Candal, Elisa Damião, Joaquim Vairinhos, Manuel dos Santos, Joel Hasse Ferreira, António Reis, um representante a indicar pela Madeira, António Saleiro, Conde Rodrigues, José António Canha, Mafalda Troncho, Orlando Mendes, Alexandre Chaves, Lopes Garcia, João Palmeiro Novo, Alzira Serrasqueiro e Fernando Pereira Cabeleira.

MAGISTRATURAS DEVEM EVITAR EXCESSOS DE ZELO E CORPORATIVISMOS

O chefe de Estado recebeu domingo, no Palácio de Belém, o primeiro-ministro. A audiência incidiu sobre a situação dos sistema justiça, com o Presidente da República a criticar corporativismos e a lembrar que as magistraturas devem evitar excessos de zelo na defesa da imagem própria. António Guterres, por seu, turno, considerou positivas as palavras de Jorge Sampaio e lembrou que as questões no sector da Justiça só podem ser resolvidas com o contributo de todos. Em matéria de justiça, sublinhou, o Governo é apenas uma parte dentro do sistema e com competências limitadas, em respeito absoluto pelo princípio democrático da separação de poderes. O primeiro-ministro aproveitou também a oportunidade para conservar a atitude de total confiança política do Governo no procurador-geral da República, Cunha Rodrigues.



O Presidente da República foi claro no seu discurso proferido domingo, a partir do Palácio de Belém: «As magistraturas devem ser preservadas de qualquer excesso de zelo na defesa da imagem própria, para que os interesses do Estado passem à frente» em questões essenciais da vida colectiva». Além desta referência crítica ao facto de o Conselho Superior de Magistratura ter recusado (por oito votos contra seis) o nome de Santos Cabral para o cargo de director-geral da Polícia Judiciária, o chefe de Estado também frisou que compete ao Governo, e não a outros órgãos, designar as chefias do Serviço de Informações de Estratégia e Defesa Militares (SIEDM), do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e da Polícia Judiciária, definindo, neste contexto, «as orientações da sua acção, em harmonia com os critérios e objectivos constantes na lei». Depois, recordou que «compete à Assembleia da República, e não a outros órgãos, avaliar tais critérios e objectivos quando da apreciação da actividade política do Governo».

Ainda na declaração que leu após receber em audiência o primeiro-ministro, Jorge Sampaio não hesitou em focar os recentes episódios em torno do SIEDM, SIS e Polícia Judiciária. Episódios que criaram uma situação que, «pela delicadeza de que se reveste, exige sobriedade nos comportamentos, ponderação rigorosa e uma intervenção atempada. Torna-se assim indispensável que, em adequada cooperação entre o Governo, a Assembleia da República e os partidos nela representados, se consolidem as condições que reconduzam aquelas entidades à desejável normalidade de funcionamento», defendeu o chefe

de Estado. Também de acordo com o Presidente da República, a especificidade e funcionamento dos serviços de informações da República «exigem rigor extremo e escrupulosa reserva. É assim inadiável o necessário consenso partidário para designar os membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa (SIRP), assegurando a este elenco os meios adequados a uma actuação eficaz e permanente». Como Jorge Sampaio recordou, «as democracias têm os seus momentos de dificuldade institucional, mas é pelo regular funcionamento das instituições, e no respeito das suas competências próprias, que se resolvem com sucesso as questões do Estado e se assegura a confiança dos cidadãos».

Confiança em Cunha Rodrigues

Já na terça-feira, antes de almoçar no Parlamento com o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, e com os líderes das bancadas do PS, PSD, PPCP, PP e PEV, Jorge Sampaio reconheceu que a situação da Justiça em Portugal iria merecer uma análise nas conversas, mas desdramatizou a existência de qualquer crise. «Em democracia se há falhas, há também soluções para as corrigir», referiu. Já sobre a recusa de Costa Andrade em aceitar a presidência do Conselho de Fiscalização do SIRP, o chefe de Estado la-

mentou ter contactado tarde demais com o penalista da Universidade de Coimbra no sentido de o demover da atitude que acabou por tomar. Apesar de ainda gostar que Costa Andrade reconsiderasse a sua posição, o Presidente da República não manifestou grande esperança nessa possibilidade.

O primeiro-ministro, por seu turno, depois de ter sido recebido pelo Presidente da República, frisou que a autoridade do Estado exige no sistema de justiça o concurso da acção de todos. «A autoridade do Estado não pode garantir-se pela imposição da força, seja de quem for e muito menos pelo Governo, uma vez que a independência das magistraturas é uma condição essencial em qualquer democracia», justificou António Guterres.

Como fez questão de salientar o chefe do Governo, «não há métodos ditatoriais de pôr a casa em ordem, nem o Governo pode impor-se a magistraturas que têm a sua independência e a sua autonomia», reafirmando, depois, a sua confiança no Procurador Geral da República, Cunha Rodrigues.

A democracia do sistema de justiça

Na perspectiva do primeiro-ministro, «as soluções para os problemas da Justiça decorrerão sempre da capacidade de todos representarem o seu papel e darem o seu contributo» para que a Justiça «possa funcionar cada vez melhor». O Governo,

especificou António Guterres, «não pode nem deve imiscuir-se nas questões internas das magistraturas, que são independentes ou autónomas» nos processos de investigação que lhes compete conduzir. Neste contexto, o chefe do Governo fez questão de frisar que o sistema de justiça português «é de exemplar democraticidade», mas, «pela sua natureza, pode gerar, em certas circunstâncias, conflitos entre os vários grupos que existem no sector». Ou seja, segundo António Guterres, perante os problemas «de um sistema complexo como o de justiça, sabemos todos assumir com serenidade as nossas responsabilidades, sabemos todos ter um espírito de diálogo e concertação e esses problemas serão superados».

Além desta forma de actuação, o primeiro-ministro referiu que ninguém poderá pensar que os problemas de justiça se resolvem reforçando uma autoridade do Governo sobre as magistraturas ou sobre os processos de investigação». Tal, sublinhou, representaria colocar em grave risco o adquirido princípio democrático da separação de poderes.

Comentando a intervenção do Presidente da República, o primeiro-ministro classificou-a como positiva, porque transmite a ideia de que só com o contributo de todos se podem resolver as questões na Justiça. Neste contexto, voltou a lembrar que o Governo «é apenas uma parte» no sistema de justiça e com «competências extremamente limitadas».

DESTAQUE – CM

Tutelas cíveis de menores

HARMONIZAÇÃO LEGISLATIVA

A reforma do direito de menores, consubstanciada na proposta de lei de promoção de direitos e protecção das crianças e jovens em perigo e na proposta de lei tutelar educativa, impôs alterações ao Título III da Organização Tutelar de Menores, aprovada pelo decreto-lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, no que se refere às disposições gerais comuns aos processos tutelares cíveis.

O Governo assim o entendeu e, no passado dia 25, em reunião de Conselho de Ministros, deu carta branca à proposta de lei que altera o referido diploma, na referida matéria.

A proposta tem, pois, basicamente em conta a necessidade de harmonização legislativa, designadamente em matéria de competência dos tribunais e de conexão de processos, tendo-se aproveitado o ensejo para eliminar disposições tacitamente revogadas, que se referem aos processos da competência das conservatórias do registo civil (autorização para casamento).

Por razões de coerência e actualização sistemática, introduzem-se disposições novas em matéria de princípios orientadores do processo tutelar cível, de mediação e de



obtenção de informações e inquéritos, levando-se em conta soluções adoptadas nas propostas de lei de promoção de direitos e protecção de crianças e jovens e

do processo tutelar educativo, bem como regras gerais relativas aos princípios do contraditório, da proporcionalidade, da intervenção mínima e da protecção da inti-

midade da vida privada.

Em matéria de assessoria técnica a prestar aos tribunais de família e menores, dada a natureza dos interesses em presença, reverte-se a soluções que melhor se harmonizam com eles, atribuindo preferencialmente competência aos organismos de segurança social.

Delimita-se a sua intervenção, de modo a salvaguardar o equilíbrio necessário entre o princípio da estrita necessidade e a garantia de não intervenção ilegítima na vida privada, estipulando-se, em primeira linha, um dever de colaboração geral das entidades públicas e privadas com os tribunais na prestação de informações e reservando-se a inquirição das situações pessoais para casos de estrita necessidade, com limitação aos aspectos previamente especificados.

Nesta conformidade, entende-se que a assessoria técnica aos tribunais de família e menores em matéria tutelar cível deve passar a pertencer a serviços exteriores ao sistema judiciário, evitando-se a intervenção de serviços de reinserção social que, pela natureza das suas atribuições, devem circunscrever a sua acção aos casos de natureza penal ou que justifiquem a aplicação de medida tutelar educativa.

DESTAQUE – CM

Menores

ESTADO DÁ GARANTIA ALIMENTAR

O Conselho de Ministros aprovou, na reunião realizada no dia 25 de Março, em Lisboa, um decreto-lei que regula a garantia de alimentos devidos a menores.

A evolução das condições socioeconómicas, as mudanças de índole cultural e a alteração dos padrões de comportamento têm determinado mutações profundas a nível das estruturas familiares e um enfraquecimento no cumprimento dos deveres inerentes ao poder paternal, nomeadamente no que se refere ao dever de prestação de alimentos, circunstância que tem determinado um aumento significativo de acções tendo por objecto a regulação do exercício do poder paternal, a fixação de prestação de alimentos e situações de incumprimento das decisões judiciais com riscos significativos para os menores.

De entre os factores que relevam para o não cumprimento da obrigação de alimentos assumem frequência significativa a ausência do devedor e a sua situação socioeconómica, seja por motivo de desemprego ou de situação laboral menos estável, doença ou incapacidade, decorrentes, em muitos casos, da toxicoddependência, e o crescimento de situações de maternidade ou paternidade na adolescência que inviabilizam, por vezes, a assunção das respectivas responsabili-



dades paternas.

Estas situações justificam que o Estado crie mecanismos que assegurem, na falta de cumprimento daquela obrigação, a satisfação do direito a alimentos.

Neste contexto, é criado o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores (FGADM) que será gerido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e que terá dotações previstas no Orçamento do Estado a partir do ano 2000.

Caberá ao FGADM assegurar o pagamento de prestações de alimentos devidos a menores, sempre que o devedor da obrigação de alimentos, fixada pelo tribunal competente no âmbito de processos cível ou tutelar cível, não cumpra a referida obrigação e o rendimento disponível do menor não seja superior ao salário mínimo nacional.

O pagamento é efectuado, por indicação do gestor do fundo, pelo centro regional

de segurança social da área de residência do alimentado.

O montante das prestações não pode ser superior a 4 UC (1 UC igual a 25 por cento do salário mínimo nacional mais elevado) e, na sua fixação, o tribunal competente deverá atender à capacidade económica do agregado familiar, ao montante da prestação de alimentos fixada e às necessidades específicas do menor.

A atribuição das mesmas é precedida das necessárias diligências probatórias quanto à verificação destes requisitos, prevenido-se para o efeito a necessária articulação entre o tribunal e as entidades, públicas ou privadas, que conheçam a situação socioeconómica e as necessidades específicas do menor.

O fundo fica sub-rogado nos direitos do menor e poderá accionar os mecanismos legais contra o devedor, tendo em vista o reembolso das prestações que pagou ao menor.

O devedor tem, ainda assim, a possibilidade de afastar a instauração de acção executiva, caso prove encontrar-se numa situação de manifesta e objectiva impossibilidade de pagamento, por ausência ou insuficiência de recursos, continuando neste caso o fundo a arcar com as prestações subsequentes de alimentos, até alteração ou cessação desses condicionalismos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Os secretários de Estado Vitalino Canas e Fausto Correia participam, no dia 26, em Lisboa, num seminário sobre «A Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres - Um Ordenamento jurídico de justiça e equilíbrio social».



O papel do Estado, da União Europeia e do Fundo Social Europeu nesta matéria, e a igualdade de oportunidades no emprego, na formação profissional e no trabalho em Portugal foram alguns dos temas focados por algumas das comunicações previstas.

Maria Barroso, Maria de Jesus Serra Lopes, Maria do Carmo Romão, Joana de Barros, Maria José Ferro Tavares e Helena Torres Marques foram algumas das figuras públicas presentes no seminário que decorreu na sede do Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública (PROFAP).

Além dos secretários de Estado da Presidência e da Administração Pública e Modernização Administrativa, que presidiram às sessões de abertura e de encerramento, participaram no encontro Maria do Céu Cunha Rego, Ana Vale, António Anselmo Anibal e Maria Lúcia Pinto Correia.

AGRICULTURA - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, anunciou, no dia 25, em Setúbal, o alargamento do programa comunitário ICPesca (Iniciativa Comunitária Pesca) a um total de 61 concelhos do continente e regiões autónomas.



Trata-se de um programa que pretende apoiar a modernização de embarcações de

pesca, desenvolver a aquicultura, promover a comercialização dos produtos da pesca, bem como a mobilidade e qualificação profissional de trabalhadores ligados ao sector.

As candidaturas à ICPesca podem ser apresentadas por armadores, aquicultores, industriais do sector das pescas e entidades ligadas à formação profissional sendo os apoios financeiros até 75 por cento das despesas elegíveis.

A admissão dos projectos é feita com base na capitania onde as embarcações estão inscritas.

Referindo-se concretamente aos pescadores e armadores do distrito de Setúbal, Capoulas Santos disse que esta possibilidade vai permitir, por exemplo, que os pescadores da Carrasqueira (Alcácer do Sal), possam beneficiar da ICPesca, dado que, apesar de pertencerem ao concelho de Alcácer do Sal (que não é contemplado pela ICPesca), têm as embarcações registadas na capitania do porto de Setúbal.

Os pescadores dos concelhos de Almada, Montijo e Moita, embora não possam beneficiar da ICPesca, poderão, no entanto, aceder a outros programas como o Sipesca (Sistema de Apoio à Pequena Pesca) e ao Propesca, dois programas que vão ser alvo de uma grande campanha de divulgação durante este mês.

Na cerimónia que decorreu no Governo Civil de Setúbal, o ministro da Agricultura aproveitou a ocasião para lançar «um repeto às entidades de cada concelho para uma mais eficaz e plena utilização dos fundos comunitários destinados ao sector das pescas».

ASSUNTOS FISCAIS - «As empresas e profissionais liberais serão os primeiros a receber o novo cartão de contribuinte, semelhante ao cartão multibanco», afirmou, no passado dia 24, no Funchal, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.



O novo documento de identificação fiscal chegará às mãos dos contribuintes até final do ano garantiu António Santos, que participava numa acção de formação sobre «Implicações Fiscais do Orçamento de Estado para 1999 e Lei Geral Tributária», organizada pela Associação dos Técnicos Oficiais de Contas.

Na ocasião, o governante destacou igualmente o bom andamento das receitas fiscais nos primeiros meses de 1999, à se-

melhança do que sucedeu em 1998, ano em que os impostos arrecadados registaram uma taxa de crescimento homóloga de 10,3 por cento, graças às reformas que a máquina fiscal tem vindo a adoptar. No dia seguinte, António Santos visitou a zona Franca do Caniçal e as instalações dos Serviços da Zona Franca, dependentes do Ministério da Justiça.

CIÊNCIA - O ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, esteve, na passada quinta-feira, dia 25 de Março, nos Açores, onde o levaram projectos como a instalação de uma delegação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia nesta região autónoma.



Mas o Ministério pretende também criar no arquipélago um Centro de Ciência Viva, ligar todas as escolas do primeiro ciclo da região à Internet e criar uma Unidade de Genética e Patologia Molecular no Hospital de Ponta Delgada.

Uma intervenção na semana das pescas (Horta), uma visita ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores (Horta) e o sobrevo da zona do vulcão da Serreta (Terceira) foram outros dos motivos para a deslocação de Mariano Gago aos Açores.

COMÉRCIO - O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo de Castro, disse, no dia 30, em Monção, que a política da administração central passa pelo «apoio ao pequeno comércio tradicional» e pela «contenção de tendências comerciais expansionistas».



«A estratégia do Governo para o sector é conter a implantação de unidades comer-

ciais de dimensões relevantes», sublinhou Osvaldo de Castro a propósito de recentes notícias veiculadas pela Comunicação Social sobre a eventual criação de grandes superfícies na Freguesia de Darque, em Viana do Castelo.

Falando numa cerimónia de apresentação pública do Projecto de Urbanismo Comercial de Monção, promovida pela autarquia local e pela Associação Comercial e Industrial, o secretário de Estado do Comércio revelou ainda que a Direcção-Geral de Comércio e Concorrência indeferiu aquelas propostas.

O plano de valorização comercial de Monção, o centésimo a nível nacional, representa um investimento global de cerca de dois milhões de contos, devendo envolver um universo de aproximadamente 180 estabelecimentos comerciais da zona urbana da vila.

CULTURA - O Ministério da Cultura anunciou, no dia 27, Dia Mundial do Teatro, um investimento global de 14 milhões de contos na construção e recuperação de 20 salas de espectáculos em todo o País e apoios ao teatro amador.



O programa para a criação de uma rede nacional de teatros e cine-teatros e uma rede municipal de espaços culturais arranca de imediato, com algumas obras e um investimento inicial de seis milhões de contos.

Na rede nacional, estão contemplados, nomeadamente, a recuperação dos teatros de Aveiro e de Viana do Castelo, bem como a construção de raiz de cine-teatros em Guarda, Leiria e Coimbra, enquanto na rede municipal estão previstas construções de infra-estruturas em Almada e Figueira da Foz, além da recuperação do Cine-Teatro Carlos Manuel, em Sintra.

O programa - que contempla, ao todo, 12 capitais de distrito e oito municípios - conta com um financiamento de 1,1 milhões de contos da Tabaqueira Nacional, o maior apoio mecenático efectuado até hoje. Foram ainda anunciados programas de apoio ao teatro amador e académico, bem como a criação do Manual do Teatro e o Guia das Artes do Espectáculo.

ECONOMIA - O projecto de remodelação e expansão do Mercado Abastecedor de Coimbra (MAC), orçado em três milhões de contos, foi apresentado, na quinta-feira dia

PELO PAÍS

Governança Aberta

25, ao ministro da Economia, Pina Moura, no âmbito de uma visita ao concelho. As obras correspondem à segunda fase do Mercado e arrancam este mês, disse à Imprensa o director-geral da Sociedade MAC, SA, Luís Saavedra.



O projecto dado a conhecer a Pina Moura abrange a reestruturação das boxes dos dois pavilhões de hortofrutícolas, adaptando-as com vista à sua climatização e para aumentar a sua área útil para 60 metros quadrados.

A zona dos produtores também será reestruturada, através da sua integração na plataforma superior, junto aos outros pavilhões de hortofrutícolas.

Será instalado um *cash & carry* e novas actividades grossistas e de distribuição, designadamente complementares e na área da floricultura.

As actividades complementares previstas são a armazenagem, distribuição e transporte de produtos alimentares (pescado, carnes, congelados e diversos) e não alimentares.

Com este fim, serão construídos entrepostos com cais de carga privativo e zona de acostagem.

JUVENTUDE - O Instituto Português da Juventude (IPJ) assinou, no dia 25, em Lisboa, protocolos com 37 associações juvenis nacionais que incluem um investimento global do Governo de cerca de 400 mil contos.



Em declarações à Imprensa, o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, salientou que ainda não foi dada às associações juvenis a importância que elas têm na sociedade portuguesa.

As associações juvenis representam «um espaço de educação não formal muito importante para os jovens», sublinhou Miguel Fontes, adiantando que estas são uma forma de promoção da participação cívica e de aprendizagem democrática.

Referindo-se aos objectivos das 37 associações que assinaram protocolos por terem sido aprovados os respectivos planos anuais de actividades – o governante salientou que estes são dos mais diversos.

O ambiente, a ocupação de tempos livres, a cultura e o escutismo são, entre outros, objectivos destas 40 associações juvenis de âmbito nacional.

A assinatura dos protocolos relativos aos planos de desenvolvimento para as associações juvenis inscritas no registo nacional é feita, desde 1997, ao abrigo do Programa de Apoio às Associações Juvenis (PAAJ).

SAÚDE - A ministra da Saúde, Maria de Belém, garantiu, no dia 25, em Vila do Bispo (Portimão), que se encontra para aprovação, no Conselho de Ministros, um conjunto de incentivos destinados a apoiar a fixação de profissionais de saúde em zonas mais periféricas.



Maria de Belém explicou que se trata de um diploma da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração Pública, que prevê apoios a deslocação e instalação dos profissionais, assim como benefícios aos filhos de casais desloçados, nomeadamente no acesso às universidades. «São incentivos de vária ordem que visam facilitar a vida aos profissionais de saúde e lhes dar gosto para se fixar em aglomerados populacionais de zonas mais periféricas, proporcionando apoios facilitadores de fixação em condições de atractibilidade», sublinhou.

Segundo a governante, «não existem hipóteses para contratar mais profissionais de saúde para colmatar as falhas sentidas em diversos estabelecimentos de saúde, porque não há pessoas disponíveis para serem contratadas».

Com este diploma e a alteração da legislação dos centros de saúde já aprovada, a qual concede uma maior autonomia a estas unidades, designadamente a contratação de profissionais de saúde, a governante mostrou-se optimista quanto à possibilidade de colocação de um maior número de médicos e de enfermeiros.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 25 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que institui um Fundo de Garantia Salarial que, em caso de incumprimento pela entidade patronal, assegura aos trabalhadores o pagamento de créditos emergentes do contrato de trabalho;
- Um decreto-lei que regula a garantia de alimentos devidos a menores prevista na Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro;
- Um decreto-lei que estabelece as disposições aplicáveis à cessação da comercialização da gasolina com chumbo e à disponibilização, aos consumidores, de produtos que a substituam, bem como as disposições aplicáveis às características desses produtos;
- Uma proposta de lei que altera o decreto-lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, em matéria de processos tutelares cíveis;
- Um decreto-lei que regula a emissão, negociação e comercialização de *warrants* autónomos;
- Um decreto-lei que cria e regula o funcionamento do sistema de indemnização dos investidores e introduz alterações no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e no Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- Um decreto-lei que aprova o Regime da Tesouraria do Estado;
- Um decreto-lei que cria a região do vidro da Marinha Grande;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE);
- Um decreto-lei que estabelece as normas a aplicar aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais sujeitas a certificação de segurança, por força do disposto nas Convenções Internacionais aplicáveis;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa às medidas de controlo a aplicar a certos subprodutos e aos seus resíduos em animais vivos e respectivos produtos;
- Um decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de inscrição no Instituto da Vinha e do Vinho de todos os agentes económicos do sector vitivinícola, à excepção daqueles que se dediquem exclusivamente à produção e comércio de vinho susceptível de obtenções de denominação de origem Porto;
- Um decreto que aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e do Governo da República da África do Sul sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, de serviços e especiais, assinado em Lisboa em 13 de Outubro de 1998;
- Um decreto que aprova o acordo de transporte aéreo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Dominicana, assinado em Santo Domingo, em 14 de Fevereiro de 1995;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização de Vilamoura - Segunda Fase, no município de Loulé;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, diploma que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação.



PROIBIDA COMERCIALIZAÇÃO DE GASOLINA COM CHUMBO

O Executivo socialista deu luz verde a um decreto-lei que estabelece as disposições aplicáveis à cessação da comercialização da gasolina com chumbo e à disponibilização, aos consumidores, de produtos que a substituam, bem como as disposições aplicáveis às características desses produtos.

Este diploma, aprovado na generalidade em Conselho de Ministros e que fica a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, estabelece a proibição da comercialização da gasolina com chumbo a partir de 1 de Julho de 1999, admitindo, no entanto, a comercialização, para além desta data, do remanescente desse produto que tenha sido armazenado, nos postos de abastecimento, até ao dia 20 de Junho.

Assim, a partir de 1 de Julho, os consumidores deverão ter ao seu dispor duas alternativas substitutivas da gasolina com chumbo: uma gasolina com aditivo substituto do chumbo que pode ser utilizada, directamente, nos veículos consumidores de gasolina com chumbo e/ou aditivos em embalagem que o próprio consumidor adicionará à gasolina sem chumbo, tornando-a assim utilizável nos veículos consumidores de gasolina com chumbo.

As entidades exploradoras dos postos de abastecimento que, à data de publicação deste diploma, estejam a comercializar gasolina com chumbo, ficam obrigadas,



durante um período transitório, a fixar por despacho do ministro da Economia, a dispor de um equipamento de abastecimento de gasolina com aditivo, podendo a Direcção Regional do Ministério da Economia, mediante requerimento dos interessados, autorizar os postos de abastecimento

à não comercialização de gasolina com aditivo, por razões logísticas.

No entanto, os postos de abastecimento deverão ter sempre à venda os aditivos em embalagem, os quais só poderão ser adicionados à gasolina que deu entrada nos reservatórios dos veículos, devendo a ope-

ração de adição decorrer nos próprios postos de abastecimento, mas à responsabilidade do utente.

O diploma admite, também, a continuidade da comercialização da gasolina com chumbo (regulamentada por portaria dos ministros da Administração Interna e da Economia) para abastecimento dos seguintes dos veículos classificados como de colecção e dos veículos ou máquinas a motor.

O decreto-lei prevê ainda um conjunto de coimas para as pessoas colectivas e para as pessoas singulares que, fora das excepções previstas no diploma.

A comercialização de gasolina com chumbo a partir de 1 de Julho de 1999 implica uma multa de mil a nove mil contos (pessoas colectivas) e de 150 a 750 contos (pessoas singulares);

As estações de serviço que não disponham de um equipamento de abastecimento de gasolina com aditivo ou que não cumpram as regras para aplicação dos aditivos em embalagem incorrem num sancionamento equivalente ao pagamento de 500 a sete mil contos (pessoas colectivas) e de cem a 600 contos (pessoas singulares);

Os comerciantes que não cumpram as obrigações de informação ao público (de forma bem visível) sobre existência de «gasolina com aditivo» ou de dispensa (devidamente autorizada) deste tipo de equipamento pagará entre de 200 a mil contos (pessoas colectivas) e de 50 a 500 contos (pessoas singulares).

GOVERNO GARANTE SALÁRIOS

O Governo socialista instituiu, no dia passado dia 25, em Lisboa, um Fundo de Garantia Salarial que, em caso de incumprimento pela entidade patronal, assegura aos trabalhadores o pagamento de créditos emergentes do contrato de trabalho.

O Fundo de Garantia Salarial (FGS) passa a assegurar o pagamento de créditos emergentes do contrato laboral ou da sua cessação, nos casos em que, encontrando-se pendente acção nos termos do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, o juiz declare falência ou mande prosseguir a acção em qualquer das suas formas.

Assim, o FGS passa a assegurar igualmente tais créditos, quando haja sido requerido, nos termos do decreto-lei n.º 316/98, de 20 de Outubro, procedimento extrajudicial de conciliação, desde que seja formalizado o acordo a que se refere o artigo 8º do mesmo diploma legal.

O FGS assegura ainda o pagamento dos



créditos que se tenham vencido nos seis meses que antecedem à data da propositura da acção, respeitantes à retribuição, incluindo o subsídio de férias e de Natal, bem como a indemnização ou compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

Os valores garantidos pelo Fundo são pagos até ao montante equivalente a quatro meses de retribuição, estando esta limitada ao triplo da remuneração mínima mensal mais elevada garantida por lei.

A gestão do FGS cabe ao Estado e a representantes dos trabalhadores e das entidades patronais, sendo o financiamento assegurado pelas entidades patronais, através de verbas respeitantes à parcela dos encargos de solidariedade laboral da taxa contributiva global, na quota-parte pelas mesmas devida.

O FGS fica subrogado nos direitos e privilégios creditórios dos trabalhadores, para ele revertendo os valores obtidos por via de subrogação.

DEPUTADA MARIA CARRILHO

Sistema de recrutamento obrigatório

A RESPONSABILIDADE DE MUDAR



A deputada socialista Maria Carrilho defendeu, no Parlamento, no passado dia 24, que substituir o Serviço Militar Obrigatório (SMO) pela introdução do

Serviço Voluntário como forma de recrutamento normal para as Forças Armadas Portuguesas (FAP) é uma decisão cuja ponderação deve ser feita com consciência da responsabilidade democrática que se assume. Segundo a parlamentar socialista, o SMO é um tipo de recrutamento que surgiu num contexto de Guerra-Fria e de pós-duas Grandes Guerras, ao qual estava subjacente a ideia de que existia o risco de um cenário de confrontação entre os dois grandes blocos militares, NATO e Pacto de Varsóvia, no centro da Europa, envolvendo grande número de soldados.

«O desaparecimento desse cenário tornou cada vez mais problemática a justificação táctica-organizativa e a legislação social do Serviço Militar Obrigatório, ou conscrição» referiu Maria Carrilho.

Ponderando as fragilidades do SMO, enquanto base mais apropriada para a organização das modernas Forças Armadas em países democráticos, a deputada do GP/PS obser-

vou que «a industrialização, a tecnologia e a procura de padrões de vida mais elevados levaram, nas sociedades em que vivemos, a um grau crescente de divisão funcional do trabalho e de especialização profissional».

Ao que tudo indica a esfera militar não escapou a esta tendência e, por vezes até, a impulsionou, nomeadamente no sector da investigação científica e da inovação tecnológica.

«Nos orçamentos para a Defesa, nos países mais desenvolvidos, cresceram as rubricas destinadas ao armamento, equipamento, formação, treino e diminuíram as destinadas apenas à manutenção do pessoal», frisou. Passando às vantagens do voluntariado, Maria Carrilho, não querendo ser repetitiva nem exaustiva, apenas referiu «a possibilidade de uma preparação específica mais apurada e mais funcional às exigências que se colocam nos vários sectores das FFAA; mais fácil organização da preparação de missões internacionais; mais possibilidade de enriquecimento da preparação dos voluntários, com retornos profissional, quando os jovens voltarem à vida civil».

Indo de novo ao encontro da ideia inicial da sua intervenção, a responsabilidade, a par-

lamentar socialista, não deixou de frisar, categoricamente, que, «em democracia, a responsabilidade é um princípio de comportamento imprescindível».

Para Maria Carrilho, a responsabilidade política dos deputados enquanto legisladores nesta matéria, implica a adequação das FFAA aos objectivos estrategicamente definidos e a valorização da instituição militar no quadro democrático.

«Em democracia as Forças Armadas não podem ser vistas como uma espécie de inevitabilidade histórica, mas como uma instituição positiva, depositária da própria continuidade do Estado Nação e, por essa via, um instrumento para a segurança, protecção e porque não orgulho legítimo dos portugueses», reiterou.

Consciente de que o voluntariado em matéria de defesa em Portugal não é propriamente uma tradição, a deputada socialista aponta desde logo para a necessidade da captação de voluntários, «e para isso o Governo apresenta já algumas propostas concretas, que passa, por exemplo, por um protocolo entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação».

A meta é, pois, a valorização da imagem das

Forças Armadas e do serviço militar perante os jovens, uma tarefa nada fácil, nem instantânea, não podendo ser feita, como se costuma dizer «por decreto».

«Sabemos que também não se implanta na sociedade aquele espírito que leva ao empenhamento em objectivos colectivos, para o bem comum», disse Maria Carrilho, classificando todo este projecto como um «processo profundo».

A consciência do alcance histórico da transformação do SMO em Serviço Voluntário e das suas dificuldades levou o Executivo socialista a projectar um período de transição de quatro anos, segundo atesta a deputada do PS.

Depois de dar a garantia de que a bancada parlamentar socialista tudo fará para prestigiar as FAP, Maria Carrilho terminou a sua intervenção sublinhando a importância da edificação de um regime de serviço militar «capaz de responder às nossas necessidades de defesa e ao papel que Portugal assume no contexto internacional, capaz de conferir aos jovens que o cumprirem mais qualificações e mais elevada consciência dos seus deveres enquanto cidadãos».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO RAIMUNDO NARCISO

Serviço militar voluntário

UMA REFORMA IMPRESCINDÍVEL



O deputado socialista Raimundo Narciso considerou no dia 24 de Março, no Parlamento, que «o fim do serviço militar obrigatório é uma medida que, apesar de determinada por razões de defesa nacional, vai ao encontro dos anseios de grande parte da juventude e da maioria da população».

Raimundo Narciso falava durante a discussão da proposta de lei do Governo que visa substituir o serviço militar obrigatório pelo serviço militar voluntário.

«Trata-se de uma reforma que decorre de uma visão actualizada do novo contexto político e estratégico da Europa e do mundo. Uma reforma que leva em conta não apenas a NATO ou a UE, mas também a ideia de uma Europa cada vez mais coesa e mais segura da sua identidade», disse. Com esta iniciativa legislativa, Raimundo Narciso salientou que «o Governo procura colocar Portugal na primeira linha dos nossos parceiros da União Europeia, também nas questões da Defesa e da cooperação militar internacional».

Segundo Raimundo Narciso, «o Governo e o PS souberam corajosamente ultrapassar a tradição do serviço militar obrigatório e optar pela melhor solução para o futuro, a profissionalização das Forças Armadas, vencendo barreiras psicológicas que toda a ruptura com hábitos traz consigo».

O deputado socialista sublinhou que, no

entanto, «o serviço militar obrigatório foi o paradigma adequado durante um século e até praticamente ao presente», porque, frisou, «revelou inegáveis vantagens no plano militar e no âmbito da cidadania». Porém, adiantou, «o mundo em mudança tornou-o inadequado para o futuro próximo». Raimundo Narciso lembrou que com esta proposta de lei o Governo «cumpre também mais uma promessa eleitoral, implícita já nos Estados Gerais e depois no programa do Governo, na sua consigna de desconstitucionalizar o serviço militar obrigatório».

Demagogia alucinante do PSD

No que concerne ao projecto de lei do PSD que visa o mesmo objectivo central do diploma do Governo, substituir o serviço militar obrigatório pelo serviço militar voluntário, Raimundo Narciso afirmou que o que verdadeiramente caracteriza o projecto laranja «é a demagogia alucinante, o despeito por ser o Governo do PS a propor uma reforma importante e inovadora, a tentativa cándida de surripiar para si o mérito da reforma».

Por outro lado, o deputado socialista frisou que o diploma do Governo é uma boa proposta resultante de «um estudo profundo e sistemático, encontra soluções simultaneamente ousadas e equilibradas e acatela situações extremas imprevisíveis».

J. C. CASTELO BRANCO

DEFESA

Fim do SMO

TRANSIÇÃO CUSTARÁ 2,5 MILHÕES

Os custos do período de transição de quatro anos para acabar com o Serviço Militar Obrigatório (SMO) ascendem a 20,5 milhões de contos.

A revelação foi feita, no passado dia 24, na Assembleia da República, pelo ministro da Defesa, Veiga Simão.

O governante falava no debate parlamentar em que foram discutidas as propostas de lei do Governo sobre Serviço Militar e Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas, e um projecto de lei do PSD sobre o Serviço Militar.

Veiga Simão deixou claro que os custos, «calculados dentro do âmbito da lei», são distribuídos pelo pessoal e infra-estruturas. Como exemplos deu a necessidade da reorganização das instalações militares para acolher uma maior número de mulheres.

A longa discussão no hemiciclo de São Bento, além de muitas críticas trocadas entre Governo e oposição, ficou marcada pela abertura de Veiga Simão para alterações aos diplomas do Executivo, em sede de especialidade, abrindo assim caminho para a sua viabilização.

O Governo manifesta a «total abertura para a melhoria e ajustamentos para que a lei do serviço militar tenha o maior consenso», afirmou por várias vezes o responsável pela pasta da Defesa.

Esta abertura deverá permitir a viabilização dos diplomas discutidos na passada semana, para serem analisados na especialidade pela Comissão Parlamentar.

Pela oposição, o PSD atacou essencial-

mente as disposições do diploma do Executivo que estabelecem um período de transição ponderada de quatro anos para se acabar com o SMO, enquanto vociferaram pela sua extinção imediata e, assim mesmo, inviável.

Veiga Simão respondeu, considerando que em nenhum país europeu o SMO acabou sem um período de transição e que a proposta do PSD é uma espécie de «passe de magia», que não se preocupa com os problemas de redimensionamento das Forças Armadas.

Como exemplo deu os défices actuais na Marinha e no Exército, respectivamente de mil e seis mil militares, para mostrar que não se poderá acabar de um dia para o outro com o SMO.

Pelo lado do PCR as críticas centraram-se no facto de na proposta do Governo estar previsto que os militares se associem em torno em questões técnicas e deontológicas.

Veiga Simão mostrou a «maior abertura no sentido de esse problema ser resolvido», dando abertura para alterações em especialidade.

Por seu turno, os comunistas mostraram igualmente disponibilidade para aprovar este artigo na especialidade.

Ainda quanto ao sistema de incentivos a criar para o novo regime de voluntariado, o ministro da Defesa, que revelou ir custar 4,7 milhões de contos, disse poder ser melhor discutido em comissão parlamentar, durante o debate na especialidade.

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Racismo e xenofobia

LEI MERITÓRIA E INATACÁVEL



Gritar palavras de ordem contra a discriminação racial, sexual, religiosa ou de outro género não é um instrumento eficaz e concreto para prevenir e combater esse atentado aos direitos humanos.

Foi esta a ideia defendida, no passado dia 25 de Março, na Assembleia da República, pela deputada socialista Celeste Correia. A parlamentar do PS citou a célebre deixa de Pierre-André Taguieff - «Contra o racismo o discurso anti-racista não é suficiente» -, para deixar claramente manifesta a necessidade de agir, como aliás, o tem feito o Governo no entender da deputada. Mostrando-se consciente e preocupada com a realidade, nesta matéria, da Europa do pós-guerra, Celeste Correia lembrou que no Velho Continente há minorias raciais e étnicas identificáveis, geralmente em situação «desfavorável». «Entre muitos elementos da população maioritária existe a opinião de que as minorias representam uma ameaça para o emprego e para as normas sociais», referiu, acrescentando que daí resultaram «níveis ascendentes de racismo, discriminação racial e xenofobia a que a Comunidade tem estado atenta».

Verificando, de facto e convictamente, a necessidade imperiosa de se criar um quadro

jurídico-legal que regulamente estas questões, Celeste Correia não deixou de reconhecer que o racismo não é u assunto sobre o qual se possa legislar de uma maneira definitiva porque este fenómeno se insinua em todos os domínios da vida.

Ao referir-se especificamente ao caso português, a deputada do GP/PS recordou que no nosso país, como na generalidade dos países subscreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o racismo é objecto de censura pública.

Assim, a relação desenvolvida pelos cidadãos perante esta norma anti-racista ganha contornos complexos e não generalizáveis. «Alguns assumem o preconceito de uma forma clara. Outros rejeitam globalmente o preconceito e o internalizam. Outros ainda conformam-se à norma, mas não a internalizam», explicou.

Apesar das múltiplas avaliações internacionais sobre esta matéria serem positivas para o País, e de o relatório do Comité das Nações Unidas sobre a eliminação da discriminação racial em Portugal ter merecido a aprovação e referido o nosso país como inatacável em questões de racismo, na opinião da parlamentar do PS «não nos encontramos no melhor dos mundos».

«Assim o confirmam a persistência de um elevado índice de incidência e de discriminação racista e do último inquérito Eurobarómetro publicado pela Comissão

em finais de 1997», reafirmou.

Dois projectos, um ideal

Debruçando-se, por fim, sobre as duas iniciativas (PS e PCP) em apreço no plenário parlamentar da passada quinta-feira, Celeste Correia considerou-as como «o vivo reconhecimento de que é necessário estabelecer um quadro legal básico em Portugal que proteja os indivíduos de condutas discriminatórias».

Ambos os projectos de lei, como a deputada do PS fez questão de salientar, têm uma base comum: exigem a definição e viabilização de instrumentos, finos, flexíveis e adaptáveis à imperiosidade de eliminação das práticas discriminatórias e ao seu sancionamento.

«Por outro lado, ambas as iniciativas visam criar órgãos que permitam estudar, sustentar, acompanhar e combater de forma mais dinâmica a flexibilidade e adaptabilidade aos tempos e às sociedades que o racismo e a xenofobia tendem a apresentar», constatou. Passando, por último às diferenças entre os diplomas socialista e comunista, Celeste

Correia disse se reportam, no essencial à proposta dos órgãos a criar, as suas competências e respectiva composição.

Enquanto o PS preconiza a criação de uma «Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial», o PCP prefere um «Observatório da Discriminação Racial», duplicando, a nível nacional, o que já existe à escala europeia.

Por outro lado, o projecto comunista propõe, segundo a deputada socialista, competências que, «para além de repetitivas face ao que já é exigível que se faça para o Observatório europeu, são tímidas e restritivas relativamente às que constam da nossa proposta».

Finalmente, no que respeita à composição do referido órgão a criar, «a diferença está em que o Observatório do PC tem 13 membros e a Comissão que nós propomos tem 17».

Para terminar a sua intervenção, Celeste Correia não deixou de referir que «os objectivos subjacentes à apresentação de ambas as propostas são similares e os eu desiderato último é meritório e inatacável».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Inquéritos parlamentares

MARCELO SEM LIMITES MARQUES MENDES SEM TRAVÕES



«À calúnia respondemos com a verdade. À mistificação com rigor!».

Foi com esta expressão convicta e categórica que o deputado socialista Joel Hasse Ferreira culmi-

nou a sua intervenção no plenário da Assembleia da República do passado dia 24 de Março.

Joel Hasse falava no hemiciclo de São Bento a propósito da mais recente estratégia de «oposição» adoptada pela direcção do PSD encabeçada por Marcelo Rebelo de Sousa: o lançamento sistemático de inquéritos.

Para o parlamentar do PS, o partido laranja «substituiu a apresentação de uma alternativa política, económica e social por um jogo de ataques caluniosos, de insídias, de acusações não fundamentadas».

Questionando-se sobre a pertinência e a justificação do que chamou o «penta-inquérito», por versar sobre cinco assuntos da actualidade das suspeições, Joel Hasse Ferreira sugeriu uma reflexão sobre a hipótese de dar prioridade a mecanismos mais discretos de investigação em matérias revestidas de um certo melindre.

«Não teria sido mais avisado e assissado desencadear uma audição parlamentar que esclarecesse o assunto e depois pôr uma tampa sobre ele, desejando que as secretas continuassem secretas e que os serviços de informações informem o que devem?», perguntou.

Classificando de «tortuosa, a mentalidade laranja, e de «maquiavelismo político» a atitude dos dirigentes do PSD, o deputado do GP/PS alertou para a possibilidade de

um possível objectivo central do penta-inquérito.

«O PSD pode ter concebido uma bomba ao retardador, cuja intenção é manter uma espada de Dâmocles sobre a cabeça do aliado realmente odiado, Paulo Portas», referiu. A ideia, pois, segundo Hasse Ferreira, seria «amarar o PP nas europeias, para depois o lançar no bueiro antes das legislativas, deixando-o no matto sem cachorro, para sobre ele desenvolver uma OPA hostil».

É que, ao que tudo indica, e como disse o deputado socialista, «a imaginação de Marcelo não tem limites, a devoção de Marques Mendes não tem travões».

Depois de apreciar um a um os inquéritos que constituíram o penta-inquérito – investigação sobre os negócios do cavaquismo, o caso Torralta, o relatório dos telemóveis, as suspeições sobre o IPE e sobre o chamado «negócio do Brasil», o parlamentar do PS convidou a uma reflexão sobre os resultados.

«Dos cinco *dossiers* integrantes do penta-inquérito, inoportunamente desencadeado na Assembleia da República, dois conduziram a relatórios pífios, dois tiveram conclusões equilibradas e o quinto sumiu-se», afirmou.

Ao terminar a sua intervenção, Joel Hasse Ferreira constatou que, contrariamente às intenções laranja, o penta-inquérito demonstrou bem a validade da generalidade das opções assumidas nos *dossiers* em causa pelo Governo.

Eles «evidenciam a falta de rigor e de seriedade de Marcelo na forma como apresentou estas questões no seu partido e à opinião pública», concluiu.

MARY RODRIGUES

MINORIAS ÉTNICAS

Racismo

UNANIMIDADE CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A discriminação racial em Portugal e as manifestações de xenofobia estão, desde o dia 25 de Março, proibidas legal e oficialmente.

A Assembleia da República aprovou por unanimidade dois projectos de lei, do PS e PCP, que proíbem o racismo.

O debate foi marcado pela discussão de um documento que «previne a prática de discriminação no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica».

O PS associou-se à iniciativa, apresentando por sua vez um diploma que «aprova o regime jurídico que proíbe a discriminação racial» e as restantes bancadas parlamentares concordaram com as iniciativas, que não tiveram qualquer voto contra.

Desta forma fica provada a real possibilidade democrática de se fazer Governo e oposição sem necessariamente estar a barrar o trabalho rigoroso e consciente de outrem, independentemente das querelas ideológico partidárias.

Na sessão plenária, a deputada socialista Celeste Correia realçou trabalho feito pelo actual Governo na tentativa de integração dos imigrantes.

A deputada do PS lembrou o último processo de legalização de imigrantes feito em Portugal, em 1996, onde foram legalizados 31 mil clandestinos.

Reconheceu por outro lado que «ainda há problemas», nomeadamente na relação das polícias com as minorias étnicas presentes em Portugal.

SIS E PJ

Inquérito

GP/PS DESIGNA DEPUTADOS

José Magalhães, Eduardo Pereira, Medeiros Ferreira, Jorge Lação, Marques Júnior, Maria Carrilho, Raimundo Narciso, Nuno Baltazar, Pereira Marques e Cláudio Monteiro foram os deputados socialista indicados pelo Grupo Parlamentar do PS, no passado dia 24, para integrar a Comissão

de Inquérito que investigará cinco temas na área dos Serviços de Informações e Polícia Judiciária.

Recorde-se que a criação da referida Comissão Parlamentar de Inquérito foi deliberada pelo Plenário da Assembleia da República, no passado dia 18.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Comissão de inquérito

DECLARAÇÃO DE VOTO



O deputado do PS Manuel dos Santos, presidente da comissão eventual de inquérito da AR aos negócios entre o Governo e os grupos económicos, fez no dia 26 de Março uma declaração de voto - que o «AS» publica na íntegra -, em que classifica de «leviano e falso» o comportamento do PSD.

«A Comissão Parlamentar de Inquérito N.º7/VII foi constituída na sequência de um requerimento formulado por diversos senhores deputados do PSD ao abrigo dos artigos 156.º, alínea f), da CRP, 11.º, n.º1 alínea f) do Regimento e 2.º, n.º2 alínea a) da Lei n.º5/93 de 1 de Março.

Trata-se pois, de inquérito concretizado ao abrigo do chamado "direito potestativo". Tratando-se de um inquérito que, em bom rigor abrange cinco áreas distintas de inquirição teve como causa diversos factores de avaliação política e nomeadamente duas "denúncias" formuladas, quer pelo líder do PSD no Congresso de Tavira, quer por diversos senhores deputados em discussões realizadas no Plenário da Assembleia da República.

A saber:

- prática reiterada de favorecimento por parte do Governo em benefício de alguns restritos grupos económicos privados;

- situações de transparência e mesmo de irregularidades na gestão de algumas empresas de capitais públicos.

Foi, aliás, esta última denúncia que esteve na origem da parte do inquérito que deu origem ao presente relatório.

Recordo que as acusações travadas entre alguns senhores deputados do PSD e o Ministro da Economia no Plenário da Assembleia da República, em volta das alegadas irregularidades supostamente verificadas em concursos de fornecimento de carvão à EDP (envolvendo um suposto familiar do senhor 1.º Ministro) deram origem a ameaças, não concretizadas, de

processos judiciais. Dada a violência da discussão então ocorrida seria de esperar que em consequência com as graves acusações formuladas, os deputados social-democratas procedessem a uma investigação muito rigorosa desta matéria.

Tal foi aliás, prometido, na sequência de uma intervenção do signatário em Plenário, que pela sua importância, aqui se reproduz, na parte que interessa, de forma integral. (Diário da Assembleia da República, N.º77, de 5 de Junho de 1998)

"Tem a palavra.

O Sr. **Luis Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Manuel dos Santos, além de considerar a nossa proposta uma manobra de diversão, disse uma coisa grave relativamente a uma questão de carvão na EDP: Isto é, disse que se fizeram insinuações que, depois, se deixaram cair no que toca à matéria do objecto do inquérito. É a maior falsidade! É uma mentira completa!

Esta matéria está no texto do inquérito, quando se diz que se quer analisar todas as questões envolvidas da substituição do presidente da EDP. Por isso, é uma mentira tudo quanto aqui foi dito, porque está no projecto de inquérito.

Termino dizendo o seguinte: a única coisa certa que ouvi hoje ao Sr. Deputado Manuel dos Santos foi que esta questão é, de facto, muito mais política do que processual. Esta matéria está no inquérito e estará e o Sr. Deputado Manuel dos Santos vai ter a oportunidade de perceber, ao longo dos trabalhos da comissão de inquérito, que quanto a esta matéria, como a outras — e falo com muita seriedade, sabendo o que estou a dizer —, ainda a «procição não chegou ao adro», pelo que vale a pena assistir a tudo o que vai suceder.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (João Amaral): — Para interpelar a Mesa, nas mesmas condições em que a dei ao Sr. Deputado Luis Marques Mendes, isto é, assumindo que es-

tou a fazer uma interpretação muito flexível do Regimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — Sr. Presidente, aceito a sua interpretação e, portanto, a utilização da figura, embora, em bom rigor, eu tenha de responder ao Sr. Deputado Luis Marques Mendes, uma vez que ele se referiu a mim directamente e de uma forma altamente crítica.

Penso que o Sr. Deputado Luis Marques Mendes acaba de produzir um enormíssimo absurdo quando diz que o facto de se querer inquirir as condições em que saiu o Sr. Presidente da EDP permitem abordar essa questão. É evidente que permitem, como também, eventualmente, permitirão investigar as condições em que foi, eventualmente, baptizado o terceiro sobrinho do ex-presidente da EDP ou o quinto primo da esposa do Sr. Presidente da EDP! Tudo é possível com o raciocínio do Sr. Deputado Luis Marques Mendes! É possível inquirir tudo o que tenha um mínimo de ligação com o Dr. António de Almeida.

Mas a questão não é esta: a questão mais emblemática, mais importante, que foi colocada de uma maneira explícita e concreta neste Hemiciclo e nesta discussão foi a do fornecimento de carvão à EDP. Essa foi a questão mais emblemática e ela aparece, se aparecer, subsumida numa investigação generalizante sobre as condições em que foi substituído o ex-presidente da EDP. Isto é manifestamente tentar enganar as pessoas, é uma «desculpa de mau pagador», de última hora, mas já que o Sr. Deputado Luis Marques Mendes assegura

que isto também vai ser investigado, lá estaremos para lhe dar as respostas que, aliás, já lhe demos sobre essa questão.

Espero que os Deputados que o Grupo Parlamentar do PSD vai indicar para a comissão não se esqueçam de que este também é um assunto para inquirir!

Aplausos do PS.

É assim com espanto que o signatário regista não ter havido por parte dos deputados da Comissão filiados no PSD nenhuma tentativa de proceder a uma averiguação (por mínima que ela fosse) sobre a matéria objecto das suas graves acusações.

Ao assim procederem (contribuíram de resto igualmente para que o relatório sobre este dossier não tivesse sequer sido aprovado, na formulação mínima apresentada pelo relator), os deputados social-democratas, desprestigiaram-se, desprestigiaram o instituto fiscalizador que resulta da concretização das comissões de inquérito e, mais grave, **reconhecem a levianidade da sua intervenção política e a falsidade de todas as suas acusações.**

Afinal e, citando o líder do Grupo Parlamentar do PSD, deputado Marques Mendes, tendo a "procição chegado ao adro", (o inquérito) não se soube quem a integrou e sobretudo quem fez de andar.

O meu voto neste relatório é, assim, um protesto veemente e determinado contra o uso da calúnia, da provocação e da mentira, mas é também um lamento perante a incapacidade demonstrado por uma oposição fragilizada em sustentar um leal e consequente debate político.»

AGENDA PARLAMENTAR

Quarta-feira, dia 7

Na próxima semana a Assembleia da República apreciará três propostas de lei do Governo socialista. A primeira define o regime jurídico do trabalho a tempo parcial e estabelece incentivos à sua dinamização. O segundo diploma regulamenta a dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade dos trabalhadores menores, dos portadores e deficiente e das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes, simplificando assim alguns procedimentos na organização de tempo laboral, designadamente os que envolvem actos de relacionamento entre os empregadores e a Inspeção-Geral do Trabalho.

A terceira e última proposta de lei governamental visa alterar o regime do trabalho subordinado e de regulamentação do emprego de menores.

Depois, será a vez de os deputados estudarem o projecto de lei da iniciativa do PCP que prevê a isenção de emolumentos à apresentação das contas de gerência das autarquias locais.



DEPUTADO EDUARDO PEREIRA

Lei de Defesa Nacional

ARTIGO 31º EM DEBATE E ANÁLISE



«Em Comissão, a análise do artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, em simultaneidade com a análise do Serviço Militar, pode contribuir para a escolha justa do seu articulado», disse no dia 24 de Março o deputado do PS Eduardo Pereira, na breve intervenção que efectuou na Assembleia da República.

«Com algum atraso, retomamos hoje o debate sobre o artigo 31.º da LDNFA, iniciado neste plenário em 9 de Junho do

ano passado», referiu Eduardo Pereira, sublinhando que, na sua opinião, «não há qualquer razão para alterar o processo que então foi recomendado e aceite».

Eduardo Pereira fez votos para que «o sentido de responsabilidade evidenciado por todos os intervenientes continue a apontar para a necessidade de aprofundarmos em Comissão estes debates, não desligando o artigo 31.º da garantia de um reforço no cumprimento, por todos os militares, do respeito pela Lei do Serviço Militar que vier a ser aprovada».

J. C. C. B.

INSTITUIÇÃO DE UM PACTO DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS

O ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors defendeu a instituição de um pacto de coordenação de políticas económicas entre os Estados-membros da União Europeia, a par do pacto de estabilidade.

Numa conferência proferida na Associação Industrial Portuense, em Matosinhos, no dia 10, perante cerca de cinco dezenas de empresários, o «Senhor Europa» salientou que «muitos ministros escrevem nos jornais sobre políticas económicas», pelo que, quando, numa reunião do G7 com a UE, «os norte-americanos perguntam qual a política económica europeia, a única resposta é: leiam os jornais».

Para Jacques Delors, não é suficiente a existência de «um poder monetário muito bem organizado» se não é complementado com um pacto económico, a vigorar a par do pacto de estabilidade.

Fundamentando a sua proposta, salientou que a actual crise económica na Ásia e no Brasil «não estava prevista no pacto de estabilidade».

O ex-presidente da Comissão Europeia considerou que a actual conjuntura económica «deixa muitas interrogações e inquietudes», sustentado que a União Económica e Monetária «ainda não está ganha».



Na sua intervenção, frisou também que a questão dos fundos estruturais não se reduz às contribuições líquidas entre os Estados-membros, mas poderá pôr em causa a permanência de alguns países na Zona Euro.

Referindo-se a algumas batalhas que a UE terá de vencer, Jacques Delors citou o «atraso terrível» no que respeita a um «projecto colectivo sobre a sociedade de informação» e a reforma do sistema educativo.

Educação ao longo da vida

Segundo salientou, a Europa deve ter flexibilidade face à nova organização do trabalho, ao mesmo tempo que «deve garantir a segurança dos seus trabalhadores, como direito social essencial».

Uma postura que está em completa dessintonia com a prática de alguns empresários portugueses que apenas pensam em relações laborais precárias e em práticas irregulares como o recurso aos recibos verdes, o que demonstra, entre outros aspectos, uma completa ausência de visão estratégica.

«No meio deve estar um grande esforço de reforma do sistema educativo», disse, ex-

plicando que, na sua perspectiva, os cidadãos devem ter «educação ao longo da vida».

A este propósito, citou o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, que «elegeu apenas um tema para a sua campanha eleitoral: educação, educação, educação».

Nesse sentido, alertou para a necessidade de prestar uma formação de base aos mais novos, dado ser esta «uma pré-condição básica para o seu êxito no futuro».

Jacques Delors salientou ainda que cerca de 80 por cento do orçamento comunitário é absorvido pela Política Agrícola Comum e pelos Fundos Estruturais, ficando «apenas o restante para financiar as áreas humanitárias, de investigação, de educação e de infra-estruturas de transportes, entre outras».

No final da sua intervenção, o ex-presidente da Comissão Europeia disse que, não obstante as suas interrogações, não tem do futuro da Europa uma visão pessimista.

SUCATAS SELVAGENS EM VIAS DE EXTINÇÃO

O negócio das sucatas selvagens está em vias de extinção em Portugal, onde serão dados, ainda este ano, passos concretos para a sua substituição por um sistema amigável ao ambiente.

A garantia foi dada recentemente em Bruxelas pela ministra Elisa Ferreira, que falava à margem do Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia.

No Conselho, esteve em discussão uma proposta de lei europeia relativa aos «automóveis em fim de vida» orientada para a redução da quantidade final de lixo que estes causam.

Prevendo-se que seja objecto de um acordo político dos Quinze a curto prazo, tendo em conta o parecer favorável que lhe deu o Parlamento Europeu, a proposta legislativa visa a substituição das sucatas selvagens e caóticas por um sistema pró-ecológico, baseado na prevenção de resíduos de automóveis.

Na sua maioria, tais resíduos são recuperáveis ou recicláveis sob várias formas, pretendendo-se que deixem de contaminar tanto os solos, como a água e o ar.

Portugal não vai esperar pela União Europeia para começar a pôr em prática o conteúdo da futura directiva comunitária, indicou a ministra Elisa Ferreira, que estima em dezenas de milhares o número de veículos portugueses a que será dispensado tal tratamento.

O ministério sob a sua tutela e os fabrican-

tes/importadores de automóveis estão a utilizar um plano, para apresentar ao público «até ao fim do ano».

O plano prevê a responsabilização da indústria e do comércio do ramo automóvel pelo tratamento dos carros velhos, a fim de evitar a multiplicação e expansão de sucatas. Ao abrigo do novo sistema, os respectivos proprietários receberão um crédito financeiro, a abater na compra de novo veículo, se entregarem o carro velho num depósito certificado (autorizado pelo Estado).

Certificado de abate

Baseado num sistema de pontos, o crédito será concedido através de um «título ou certificado de abate».

O arranque do sistema coincidirá com a legalização das sucatas existentes mas só das «que tem condições», segundo Elisa Ferreira, e com a extinção das sucatas selvagens e ilegais.

Classificadas como resíduos, as sucatas existentes serão objecto de uma grande operação de limpeza que a ministra compara «a que foi efectuada nas lixeiras do país».

Como com as lixeiras, só serão autorizadas sucatas nos sítios previstos na lei, o que implicará da parte das câmaras municipais e de outras entidades fiscalizadoras um grande esforço de vigilância, precisou a ministra.

DESEMPREGO BAIXA NA UE PARA 9,6 POR CENTO

O desemprego, principal factor gerador de exclusão social e miséria, para além de graves perturbações no equilíbrio psíquico dos cidadãos afectados por este flagelo, continua a ter índices elevadíssimos no Velho Continente.

A esquerda socialista que actualmente governa a maior parte dos países da União Europeia tem uma oportunidade única para fazer do combate ao desemprego uma das suas prioridades e assim demarcar-se completamente das visões monetaristas e de endeusamento do mercado dos governos conservadores anteriores.

A descida da taxa de desemprego, na maior parte dos Estados, continua a ser muito baixa e é mais conjuntural que estrutural. Por isso, é necessário o lançamento de políticas keynesianas, bem como uma forte aposta na formação profissional, de forma a que a diminuição do desemprego seja duradoura.

Segundo dados da Eurostat, o desemprego na União Europeia (UE) baixou em Janeiro para estabelecer-se em 9,6 por cen-

to contra 9,7 por cento em Dezembro de 1998 e 10,3 por cento em Janeiro de 1998. Nos onze países da Zona Euro, o desemprego era de 10,6 por cento em Janeiro, em baixa face a Dezembro de 1998 (10,7 por cento).

Em Janeiro de 1998, o desemprego era de 11,3 por cento da população activa na Zona Euro.

O gabinete de estatísticas comunitário avalia em 16,3 milhões o número de pessoas que se encontram no desemprego na UE em Janeiro de 1999, dos quais 13,6 milhões na zona euro.

Por países, as taxas de desemprego mais baixas - inferiores a 5 por cento - foram registadas no Luxemburgo (2,8 por cento), na Holanda (3,6 por cento-Dezembro), em Portugal (4,3 por cento), na Austrália (4,4 por cento) e na Dinamarca (4,6 por cento -Dezembro).

Com 17,8 por cento, a taxa de desemprego da Espanha mantém a liderança, seguida, de longe, pela França (11,6 por cento) e pela Finlândia (10,7 por cento). **J. C. C. B.**

PORTUGAL E CHILE COOPERAM NA SEGURANÇA SOCIAL

Desde a passada quinta-feira, dia 25 de Março que os filiados e beneficiários dos serviços de Segurança Social de Portugal e do Chile podem aceder a pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

A decisão foi oficializada na semana passada com a assinatura de um acordo bilateral entre a nação chilena e o nosso país. Assinado pelo Ministro do Trabalho do Chile, German Molina, e pelo secretário de Estado da Segurança Social, Rui Cunha, na presença do vice-ministro de Segurança Social chileno, Patricio Tombolini e do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, o acordo é agora aplicável aos cidadãos dos dois países, calculando os períodos de segurança social cumpridos em Portugal e no Chile.

Em declarações à Imprensa - no final da cerimónia que decorreu no Palácio das Necessidades -, o ministro do Trabalho chileno salientou a importância deste acordo, classificando-o como «o reforço de mais um laço nas relações luso-chilenas e que demonstra ainda a preocupação, no âmbito social, de ambos os governos».

«Faltava um acordo de segurança social com um país tão importante como Portugal, na sequência de outros acordos semelhantes já celebrados com outras nações», disse.

«Para os chilenos que vivem em Portugal e



para os portugueses que vivem no Chile dar-lhes esta oportunidade de benefícios de segurança social é relevante, embora a comunidade chilena em Portugal seja muito pequena», referiu ainda o ministro do Trabalho.

Considerou igualmente tratar-se de uma demonstração de confiança no sistema privado de segurança social chileno, sublinhando que «nem sempre é fácil para um país latino-americano poder contar com o apoio e cooperação dos países da Europa».

Rui Cunha, secretário de Estado da Segurança Social, salientou que a comunidade portuguesa no Chile é pequena (cerca de 120 portugueses), mas não está es-



quecida.

«Para esses portugueses é muito importante este tipo de acordo porque dá a garantia de, na perspectiva de regresso a Portugal, não perderem os seus direitos sociais que constituíram no Chile», explicou.

«Não conta só o número de portugueses. É evidente que a comunidade portuguesa no Chile é muito pequena quando comparada com uma comunidade portuguesa no Canadá ou em França, mas onde haja um português nós queremos garantir que ele tenha os seus direitos protegidos na eventualidade do seu regresso», defendeu.

Segundo o governante, muitos portugueses, na ausência de um acordo deste género, no regresso ao país de origem

perdem a possibilidade de continuar a receber as prestações conseguidas no país de acolhimento.

«Ao abrigo deste acordo, com a cláusula de reciprocidade, o português que trabalhe no Chile e que no fim da sua vida activa queira regressar a Portugal pode fazê-lo, sabendo que vai receber as pensões a que tem direito, nomeadamente, velhice, invalidez ou sobrevivência em Portugal», acrescentou.

Segundo Rui Cunha, tratou-se de um acordo que demorou alguns anos, constituindo um processo moroso e trabalhoso.

Admitiu ainda que a realização da cimeira ibero-americana, que decorreu em 1998 em Portugal, ajudou a dinamizar no plano político a assinatura desta convenção que já se arrastava algum tempo.

Para o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, o acordo vem no seguimento da preocupação do Governo socialista em compatibilizar sistemas de apoio social de outros países com Portugal para melhorar a inserção de portugueses nos países de acolhimento.

«A Segurança Social é muito importante e estamos a tentar regular vários acordos no âmbito da segurança social em todos os países onde há portugueses, salvaguardando as suas expectativas e possibilidades de ter um futuro menos ensombrado», disse Lello.

PINA MOURA CONTRA CONCORRÊNCIA DESLEAL

O ministro da Economia, Pina Moura, manifestou-se recentemente em Aveiro contra a concorrência desleal de alguns países no sector da construção naval.

Pina Moura disse não ser aceitável que a construção e reparação naval nacionais estejam a enfrentar práticas desleais de concorrência.

«Não é aceitável que países que se arvoram em arautos do comércio livre e justo procurem adiar e subverter o acordo com a OCDE celebrado em 1994», disse Pina Moura, na entrega à Noruega do primeiro navio geofísico construído em Portugal.

O titular da pasta da Economia concretizou, referindo-se aos Estados Unidos, Japão e Coreia, ao falar da política de relançamento dos estaleiros navais portugueses, que tem por pressuposto o cumprimento de tal acordo.

Pina Moura salientou que o navio «Geobay», que custou cerca de três milhões de contos, financiado em 10 por cento por incen-



tivos comunitários, abriu novas possibilidades aos Estaleiros de S. Jacinto, após difíceis momentos de crise.

O ministro da Economia reafirmou o apoio do Governo para viabilizar a renovação competitiva do sector da construção naval e deu conta de alguns apoios e medidas nesse sentido.

Foi feito um esforço para melhorar a competitividade na península de Setúbal, em conjugação com os agentes privados, e foram dados apoios à modernização dos Estaleiros de Viana do Castelo, sublinhou.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, por seu turno, salientou a capacidade portuguesa para construir navios oceanográficos e de investigação, conforme evidência o «Geobay», navio de alta tecnologia e construído para um mercado muito difícil que é o dos navios especializados.

Navios especializados

«Temos de ter navios dedicados a fins preciso», declarou Mariano Gago, referindo que se vive um momento de prioridade à investigação científica na zona económi-

ca exclusiva e que os estaleiros saberão contribuir para o esforço de renovação da oceanografia portuguesa.

O presidente da administração dos Estaleiros de S. Jacinto, João Jorge, sublinhou que a construção do «Geobay» foi o maior desafio colocado à empresa, em 60 anos da sua história, devolvendo aos seus trabalhadores a confiança nas suas capacidades.

«O que se ganhou foi um estaleiro capaz de competir em qualquer lado», disse.

O administrador aproveitou a oportunidade para referir a existência de custos acrescidos e tempos mortos, por falta de investimento público na dragagem dos fundos.

Alberto Souto de Miranda, presidente da Câmara de Aveiro, disse que o navio marca um momento de vitalidade na tradição aveirense da construção naval, que é uma actividade importante para a fixação da mão-de-obra e reforço da capacidade tecnológica da região.

TRABALHO

Formação

PAULO PEDROSO APOSTA NA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

«Portugal precisa de uma aposta decidida no desenvolvimento dos seus recursos humanos. Qualificar, qualificar, qualificar, poderia ser a palavra de ordem para essa mudança necessária», afirmou, no dia 26, Paulo Pedroso.

O secretário de Estado do Emprego e Formação falava na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto, na sessão pública de apresentação da medida «Rotação Emprego – Formação», no âmbito do Plano Nacional de Emprego.

De salientar que esta medida vem possibilitar que as empresas proporcionem oportunidades de formação contínua aos seus trabalhadores e ainda permitir a desempregados uma experiência profissional no âmbito das funções desempenhadas pelos trabalhadores em formação.

Segundo salientou Paulo Pedroso, «Rotação Emprego – Formação» é uma medida



«não de dois em um, mas de dois em três, porque facilita a vida à empresa, permite o acesso do trabalhador à formação e pro-

porciona uma experiência profissional a um desempregado».

Aprendizagem ao longo da vida

Salientando que Portugal se debate com um problema de uma mão-de-obra com níveis baixos de educação e qualificação profissional, Paulo Pedroso alertou para os riscos que tal situação acarreta, porque, frisou, «há limites para o potencial de modernização de uma economia que dispõe de uma mão-de-obra tão pouco qualificada».

Paulo Pedroso reafirmou que «a causa da qualificação das pessoas só será ganha com uma mobilização colectiva» e considerou que este desafio, para ser vencido, «depende de um forte envolvimento e comprometimento de toda a sociedade portuguesa e, em particular, das nossa empre-

sas».

O secretário de Estado referiu que os empresários e os trabalhadores «têm que ganhar o desafio da formação contínua».

Ou seja, frisou, «temos que, no espaço de uma geração, recuperar o atraso acumulado».

Para atingir tal desiderato, Paulo Pedroso considerou ser necessário implementar «uma política decidida de investimento social, para que os jovens não entrem no mercado de trabalho sem qualificações, bem como uma política decidida de desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida».

O governante referiu que a medida agora apresentada insere-se neste quadro de acção, uma vez que ela tem por objectivo «apoiar e facilitar o acesso à formação contínua por parte dos trabalhadores, em particular, mas não só, das pequenas empresas».

J. C. CASTELO BRANCO

AGRICULTURA

Terras do Estado

CAPOULAS SANTOS ENTREGA MAIS 43 CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Capoulas Santos confirma-se cada vez mais como o homem certo no lugar certo. Profundo conhecedor dos diversos e complexos «dossiers» da agricultura, Capoulas Santos tem-se destacado pela implementação de um conjunto de medidas que vão ao encontro de algumas reivindicações dos agentes económicos e sociais deste sector, e ainda pela defesa intransigente que tem feito a nível europeu dos interesses da nossa agricultura.

Uma das suas últimas iniciativas, de particular significado, decorreu no passado dia 20 de Março, no Governo Civil de Beja, onde presidiu à cerimónia de entrega de mais 43 contratos de arrendamento de terras do Estado a agricultores.

A estes contratos corresponde uma área de 859,335 hectares, no concelho de Serpa.

Esta cerimónia surge na sequência de uma outra realizada no passado dia 9 de Fevereiro, em Évora, em que foram entregues contratos de arrendamento a 164 agricultores e a uma cooperativa agrícola de produção, e de 10 contratos de venda de prédios rústicos a uma dezena de jovens agricultores.

Encerrar contencioso

Estas entregas de contratos de arrendamento têm como objectivo, segundo nota



do Ministério da Agricultura, «encerrar definitivamente o contencioso decorrente da reforma agrária de 1974/75 e de afirmar plenamente o Estado de Direito».

Assim, o Governo do PS «tem vindo, desde 1997, a proceder ao pagamento das indemnizações devidas pelas expropriações e ocupação de terras, bem como a

regularizar a exploração do património fundiário de que o Estado ficou proprietário».

Formação profissional para pescadores

As Secretarias de Estado das Pescas e do

Emprego e Formação Profissional, através do PROPECSA e com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional, preparam para os próximos dois meses acções de valorização socioprofissional destinadas a 400 pescadores e mulheres de pescadores.

Assim, iniciaram-se na semana passada dois cursos de valorização socioprofissional das mulheres dos pescadores da pesca local costeira na Zona Norte.

Trata-se de um conjunto de acções que visam dar às mulheres uma série de instrumentos de apoio à actividade dos pescadores.

Por outro lado, tiveram início igualmente vários cursos de reciclagem de profissionais que operam na pesca em Marrocos, no âmbito do Acordo União Europeia-Marrocos.

De salientar ainda que na última reunião da Secção Especializada da Vertente FSE da Unidade de Gestão do PROPECSA, foram aprovados cinco projectos apresentados pela Escola de Pesca e da Marinha de Comércio.

Os referidos projectos abrangem um universo de 144 formandos, correspondendo a 39 684 horas de formação.

Será ministrada formação para motorista prático, mestre costeiro pescador e segurança básica.

J. C. CASTELO BRANCO



Abrantes

Mil crianças na campanha de Ambiente

Perto de mil crianças participaram no dia 21 de Março, Dia da Árvore, no lançamento de uma campanha de Ambiente promovida pela Câmara Municipal de Abrantes e que visa a criação de novos hábitos na população, em particular no que respeita aos lixos.



Nelson Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Abrantes, revelou que a campanha, que vai custar à autarquia mais de seis mil contos, surge depois de concluído grande parte do investimento na recolha e tratamento dos lixos domésticos.

Para o arranque da campanha, a autarquia juntou no dia 21, de manhã, nove centenas de crianças no Largo 1º de Maio, onde plantaram árvores, apreciaram uma nova viatura para recolha de resíduos sólidos urbanos, a demonstração de como funcionam os ecopontos (pontos de recolha selectiva dos lixos domésticos) e receberam brindes e folhetos sobre a campanha para levarem para casa.

«Estas campanhas têm que começar nas crianças, pois são elas que poderão começar a garantir, junto dos pais e dos familiares, novos conceitos de defesa do Ambiente, afinal aqueles que queremos implementar», disse o autarca abrantino.

Redução, reutilização e reciclagem

A mascote da campanha, o «100 por cento», é «como que uma embalagem verde, mas com vida», disse Nelson Carvalho, frisando que esta é a fase mais difícil, ou seja, criar novos hábitos na população.

Além das crianças, os professores são outro dos alvos, tendo a autarquia elaborado um livro sobre Ambiente que lhes é dirigido.

O livro fala dos resíduos sólidos urbanos e dos três erros: redução, reutilização e reciclagem, e descreve uma série de actividades que se podem desenvolver recorrendo a embalagens ou resíduos que já estavam destinados ao contentor.

Para o cidadão em geral, a campanha prevê a colocação nos contentores do lixo espalhados pelo concelho de um autocolante com algumas sugestões para

melhorar o Ambiente.

A autarquia ofereceu ainda às crianças que participaram no arranque da campanha um lanche e um espectáculo de teatro, além de camisolas, esferográficas, pin's, blocos de apontamentos, capas para a escola e os panfletos promocionais.

«A Câmara está a fazer uma grande aposta no Ambiente», disse Nelson Carvalho, adiantando que os investimentos em infraestruturas foram superiores a um milhão de contos, na construção de um aterro sanitário intermunicipal, construção de um ecocentro, aquisição de 150 ecopontos e o encerramento da lixeira municipal.

Cascais

Lúis Villas Boas na toponímia

A Câmara Municipal de Cascais vai atribuir o nome de Luís Villas Boas, recentemente falecido, a uma rua da freguesia de Cascais.



A autarquia pretende assim perpetuar a memória do responsável pela criação, em 1971, do Festival Internacional de Jazz de Cascais, que viria a tornar-se um dos mais importantes a nível europeu.

Lúis Villas Boas fundou o Hot Club de Portugal. Em 1996 foi distinguido com a medalha de mérito do município de Cascais.

Faro

Cantina para a Escola do Ancão

Está em vias de conclusão a cantina da Escola do Ancão (Praia de Faro). Esta obra, que inclui também o arranjo e valorização dos espaços de recreio, é mais um dos melhoramentos que a Câmara Municipal de Faro tem vindo a realizar em diversas escolas do ensino básico.

I Concurso Hípico

Decorreu no passado dia 27 de Março o I Concurso Hípico de Faro, em terreno anexo à Avenida Calouste Gulbenkian.

A competição, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Faro, veio responder a algum entusiasmo que a modalidade começa a despertar na capital do Algarve.

Matosinhos

Festival de Jazz

O Festival de Jazz de Matosinhos, que se realiza de 20 a 23 de Maio, vai ser dedicado à memória do pai do jazz em Portugal, Luís Villas Boas, recentemente falecido. A programação do Matosinhos Jazz-99 foi concebida de acordo com os gostos ecléticos do introdutor do jazz em Portugal.

Ovar

Protocolos com 13 ranchos folclóricos

A câmara Municipal de Ovar assinou protocolos com 13 ranchos folclóricos do concelho, numa cerimónia realizada no passado dia 27 de Março, no salão nobre da Câmara Municipal.



Para além de representantes dos 13 grupos folclóricos, participou na cerimónia o presidente da Federação Portuguesa de Folclore.

Porto

Palácio do Freixo já é da Câmara

Após oito anos de existência, o Palácio do Freixo e a antiga Fábrica de Moagens Harmonia passaram finalmente para a posse da autarquia, preocupada com a degradação deste edifício do século XVIII.

O presidente Fernando Gomes reafirmou a intenção do município de instalar a sede da Junta Metropolitana do Porto no Palácio do Freixo.

Santarém

Festa dos Cães

No âmbito de uma campanha intitulada «Santarém faz bem», a autarquia, presidida pelo socialista José Miguel Noras, levou a cabo no passado fim-de-semana uma série de iniciativas no Centro Nacional de Exposições, inseridas na grande Festa dos Cães.

As iniciativas tiveram por objectivo sensi-

bilizar a população do concelho para a problemática dos dejectos de cães na via pública, assim como o abandono de animais na via pública.

Santo Tirso

Colóquio sobre desporto e economia

A Câmara Municipal de Santo Tirso promoveu nos dias 12 e 13 de Março um colóquio subordinado ao tema «Desporto e economia».

Aberto ao público em geral, o colóquio realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal.

Presentes, entre outros conferencistas, Valentim Loureiro, presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, Manuel Chabert, director-geral do Centro de Estudos e Formação Desportiva, Joaquim Couto, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, e Guilherme Aguiar, o tão contestado director executivo da Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Este seminário, inseriu-se no Plano de Actividades Desportivas, num conjunto bem estruturado de iniciativas e actividades desportivas anuais, visando a promoção e o desenvolvimento da prática desportiva no município de Santo Tirso.

Vila do Conde

Dia Mundial da Árvore

As crianças como agente de mudança, foi a proposta da Câmara Municipal de Vila do Conde ao comemorar o Dia Mundial da Árvore.



Inserido no projecto de educação ambiental, que a autarquia tem vindo a desenvolver em interligação com as escolas aos diferentes níveis e aberto a toda a população, teve lugar de 19 a 22 de Março um conjunto de iniciativas com a participação de várias centenas de crianças.

Inserido numa política de requalificação do espaço público urbano que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente, nas intervenções no Núcleo Antigo, foram plantadas árvores no largo do Laranjal e num novo espaço público na rua da Agra Longa, onde um parque infantil é a alegria dos mais novos.

PS EM MOVIMENTO

BENELUX

VIII Congresso da Federação

«O desprezo, a instrumentalização e a manipulação das comunidades portuguesas que imperou durante o reinado do PSD, deu lugar a uma vontade genuína de resolver os problemas dos nossos compatriotas espalhados pelo mundo, considerando-os sem falsos sentimentos e aquilo que eles realmente são: portugueses que têm tanto direito como qualquer conterrâneo que viva em Portugal a terem a atenção de políticas específicas». A afirmação é do camarada Paulo Pisco, no discurso que proferiu na sessão de encerramento do Congresso do PS/Benelux em que foi eleito presidente da Federação por uma esmagadora maioria.

Na sua intervenção, constantemente interrompida pelos aplausos dos congressistas, o camarada Paulo Pisco disse que se irá continuar a bater «até que esteja criado no PS um departamento para a emigração, estruturado e a funcionar».

Renovação das mentalidades

Defendeu uma renovação das «práticas e das mentalidades» e para isso, adiantou, «queremos pôr a funcionar todas as estruturas da Federação, designadamente a JS e o Departamento das Mulheres, potenciando assim o seu papel, para que também no Benelux os jovens e as mulheres se possam rever no PS».

O camarada Paulo Pisco anunciou ainda que nos próximos meses a Federação do Benelux irá lançar «um conjunto de debates sobre a importância das eleições europeias, num contexto de mudança política e institucional, procurando esclarecer que o PE tem um papel importante no seio das instituições comunitárias».

COIMBRA

Fausto elogia Guterres

O dirigente socialista Fausto Correia defendeu no passado dia 23, em Coimbra, que o Partido Socialista não está em condições de dispensar António Guterres.

O camarada Fausto Correia, líder incontestado da Federação Distrital de Coimbra do PS, comentava assim uma eventual possibilidade de o líder do partido, e também primeiro-ministro, candidatar-se à presidência da Comissão Europeia.

«O PS não está em condições de dispensar António Guterres», declarou.

O também secretário de Estado da Administração Pública entende que, com António Guterres, o Partido Socialista tem condições para reforçar a maioria nas eleições legislativas, mas sem ele não.

O camarada Fausto Correia intervinha como convidado no «Forum Jornalistas». No encontro, organizado com regularidade em Coimbra e moderado pelo director do jornal «Diário de Coimbra», Jorge Castilho, o camarada Fausto Correia falou de diversas questões colocadas pelos jornalistas, desde as dificuldades do Governo ao seu desejo em candidatar-se à presidência da Câmara Municipal de Coimbra.

O dirigente socialista admitiu que o Governo passou por «algumas dificuldades» nos últimos tempos, como os casos da Polícia Judiciária e do SIS, mas «parece já ter delas saído, ao contrário do que se passa com os partidos da direita».

No caso da demissão de Fernando Negrão do cargo de director-geral da Polícia Judiciária, Fausto Correia sublinhou que «a solução (substituição) foi encontrada num bom espaço de tempo».

Quanto à maçonaria, Fausto Correia disse que «não está preocupado» com a existência no País de «organizações que não são secretas, mas discretas».

Sobre a co-incineração em Souselas (Coimbra) e Maceira (Leiria), o dirigente socialista considera que o processo «correu mal» e que o primeiro-ministro, António Guterres, «não se deixou tramar, porque teve a humildade política de o admitir».

«Só não correu pior pela intervenção fabulosa dos deputados do PS pelo círculo de Coimbra», acrescentou.

Fausto Correia defendeu que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) terá de privilegiar as regiões que não Lisboa e Porto, favorecidas pelos anteriores.

«Sem recado para ninguém, o terceiro QCA tem de ser preferencialmente utilizado nas regiões prejudicadas no primeiro e no segundo - todo o Centro e especialmente Coimbra», referiu.

Metro de superfície para Coimbra

O camarada Fausto Correia sustentou ainda que o Governo «tem de assumir um compromisso político com o futuro metro de superfície de Coimbra», tal como sucedeu em relação ao do Porto e à expansão do de Lisboa.

«Estamos no limiar desta decisão, até Outubro é altura de Coimbra se mexer e reclamar», disse.

Fausto Correia defende um metropolitano de superfície para Coimbra com perímetro urbano até Serpins (Lousã), como está previsto, mas com ligação ao concelho de Góis, numa segunda fase, e à Figueira da Foz e Montemor-o-Velho, posteriormente.



O dirigente socialista adiantou que Coimbra «tem também de lutar» por «uma falta» do Plano Rodoviário 2000: a ligação do litoral Centro, a partir de Coimbra, a Madrid.

Para que Coimbra «ultrapasse o declínio» a que tem sido sujeita, terá de assumir-se como capital da Saúde e da Cultura, indicou.

Fausto Correia, intransigente na defesa dos interesses de Coimbra, defendeu a emissão de um magazine informativo semanal na RTP.

Interesses, empenhos e pressões

O dirigente socialista «não põe de parte a possibilidade» de se candidatar à presidência da Câmara Municipal de Coimbra, em 2005 ou 2009, depois de a autarquia passar para as mãos de outro partido que não o PS.

A escolha dos candidatos por Coimbra às próximas eleições legislativas é algo que preocupa Fausto Correia.

Se em 1995 a lista foi aprovada sem grande contestação, «agora a coisa muda de figura», realçou.

«Sei os interesses, os empenhos, as pressões que há sempre», disse.

MADEIRA

PS contra despudor de Jardim

O PS/Madeira, liderado pelo camarada Mota Torres, coloca-se mais uma vez na linha da frente, ao congratular-se com os resultados obtidos pelo Governo do PS na reunião de Berlim em que estavam em discussão as propostas orçamentais da Agenda 2000.

Para o PS/Madeira, da reunião de Berlim «ressalta o grande prestígio e capacidade negociadora, no contexto das nações europeias, do primeiro-ministro de Portugal, António Guterres».

O comunicado refere que «ao contrário do que o presidente do Governo Regional andou por aí andou e anda a dizer, com total despudor, ficou provada a competência, o prestígio e o rigor dos governantes nacionais nessa luta difícil de conquista de meios que mantenham um continuado crescimento e desenvolvimento de Portugal».

Esbatimento das assimetrias

Os socialistas madeirenses salientam ainda que «o Governo português soube, com mestria, contornar os problemas e garantir para o nosso país as dotações que tanta falta fazem no esbatimento das assimetrias ainda sentidas».

Valores que, sublinha o PS/Madeira, «terão repercussões na Região Autónoma da Madeira para o prosseguimento do plano de obras, a todos os níveis, e que tanta falta fazem».

Mota Torres na AR

Uma delegação do PS/Madeira, constituída pelo presidente do partido, camarada Mota Torres, e pelo presidente do Grupo Parlamentar, camarada Gil França, foi recebida na passada terça-feira, em audiência, pelo presidente da Assembleia da República, camarada Almeida Santos.

OEIRAS

Debate sobre a Segurança Social

A Comissão Política Concelhia de Oeiras do PS organizou no passado dia 26, no auditório da Assembleia Municipal de Oeiras, um debate subordinado ao tema «O sistema da solidariedade e da segurança social no futuro».

O debate contou com a participação de Ribeiro Mendes, secretário de Estado da Segurança Social e Relações Laborais, Maldonado Gonelha, ex-ministro da Saúde e defensor de um sistema público de Segurança Social, Elisa Damião, eurodeputada, e Artur Penedos, deputado da AR.

PENELA

Crida nova Secção

A Comissão Política do PS do concelho de Penela, reunida em Podentes, e no âmbito da sua política de descentralização, aprovou a criação da Secção do PS no Rabaçal, sendo esta a terceira Secção de residência no concelho de Penela.

Na reunião foi ainda eleito o Secretariado Concelhio coordenado pelo camarada Fernando Santos Vigário.

Jantar do 25 de Abril

Entretanto, o PS/Penela irá assinalar as bodas de prata do 25 de Abril com a realização de um jantar no dia 24 de Abril, sábado, no restaurante «O Vintém».

Será, estamos certos, mais uma grande jornada de confraternização dos militantes desta Secção unidos em torno da defesa dos ideais de Abril e de valores e princípios como a igualdade, liberdade e fraternidade.

25 ABRIL

Edmundo Pedro

RESISTÊNCIA E CLANDESTINIDADE*



A resistências ao salazarismo, que se iniciou logo após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, passou por diversas fases. A mais organizada e mais persistentemente prosseguida foi, sem dúvida, protagonizada pelo PCP.

Com efeito, a partir do início da década de 30, mais concretamente após o 18 de Janeiro de 1934, quando as expectativas alimentadas pelo «reviralhismo» se desvaneceram, é ao PCP que vai caber o principal papel na resistência ao fascismo salazarista.

Filho de militantes comunistas, integrei-me, naturalmente, desde a adolescência, no combate à ditadura. Esse combate iria prolongar-se, ininterruptamente, até ao 25 de Abril.

A luta contra o fascismo salazarista, protagonizada pela resistência, implicou a prisão, a tortura, a emigração e a morte de muitos resistentes. Acarretou, também, a desintegração de inúmeras famílias. A factura paga pelos que se opuseram ao regime obscurantista do ditador foi terrivelmente elevada. Constituiu uma saga trágica que, em grande medida, está por contar. Nela estiveram envolvidos resistentes de todas as tendências políticas. Cada uma suportou nesse combate o seu quinhão de sacrifícios. Mas foram os comunistas, inegavelmente, os mais perseguidos.

A parcela dessa dolorosa factura paga pela minha família ilustra bem o que foram os dramas humanos que uma luta tão prolongada e desigual tinha forçosamente que implicar. Sirvo-me, portanto, do meu caso (de certo modo paradigmático) para ilustrar as consequências que teve, ao nível de muitas famílias portuguesas, esse combate de quase meio século. O meu círculo familiar mais próximo (pai, mãe e irmãos) foi completamente desarticulado e, em parte, destruído pela repressão policial. Com efeito, aos seis anos, devido à perseguição policial de que o meu pai foi alvo, a



minha mãe, já com três filhos, viu-se obrigada a confiar-me aos cuidados de uma tia. O meu pai foi deportado três vezes, a última das quais para o Tarrafal. Em 1931 apoiou na Guiné (onde se encontrava com residência fixa), junto com outros deportados, a «revolta da Madeira». Fracassada esta, refugiou-se em Espanha, onde acabara de ser implantada a República. Aderiu ali ao movimento comunista. Por iniciativa da direcção do PCP, entrou clandestinamente em Portugal, no início de 1932 (acompanhado de minha mãe e do meu irmão João, que se lhe juntaram em Sevilha, onde se radicaram). Como quadro do PCP continuou aqui (na clandestinidade) o combate ao regime.

Em meados de 1933, a minha mãe (que, tal como o marido, vivia na clandestinidade), deslocou-se a Espanha, numa missão conspirativa. Detida na fronteira pela PVE, na posse de documentação comprometedora, esteve presa durante cerca de um ano em 1933/34. No início de 1934, o meu pai voltou a ser detido pela polícia política.

O Tribunal Militar Especial condenou-o a dez anos de prisão maior. Acabou por cumprir 12 anos de detenção. Cerca de dez passou-os no Tarrafal onde foi a grande vítima dos agentes concentracionários, em particular do sinistro capitão João Silva. Este anunciou publicamente a sua intenção de enviá-lo para a célebre «frigideira» tantas vezes quantas as necessárias para acabar com ele! Contabilizou, de longe, o maior número de dias passados na terrível cela punitiva: 152 dias! Foi unanimemente considerado o mártir do «campo da morte lenta». Da última vez que o enviaram para a «frigideira», cansado de tanto sofrer (e na convicção de que o João da Silva levaria até ao fim a sua sinistra sentença), resolveu não lhe dar esse prazer antecipando voluntariamente a sua morte: tentou suicidar-se cortando as veias com uma lata! Uma inesperada inspecção de rotina feita à cela punitiva, salvou-o, no limite, de morte certa!

Pouco depois de regressar do Tarrafal, começou o seu combate contra a ditadura.

Na década de 60, já na última fase da sua vida, ante a ameaça de ser novamente detido (era procurado pela PIDE) resolveu refugiar-se em França. Mas o seu combate não terminou com a emigração. No início da década de 70, foi o iniciador das operações da ARA, ao lado de Jaime Serra e de Orlando Raimundo. Faleceu em Paris, dois anos antes do 25 de Abril. Não teve, sequer, a alegria de assistir ao derrube do regime que combatera, sem tréguas, até ao seu último suspiro!

O meu irmão João foi espancado até à morte, com apenas 14 anos, na sequência de uma manifestação estudantil. Preococemente motivado, como eu, para a actividade revolucionária, integrara-se já, com essa idade, na luta contra a ditadura – e foi no quadro desse combate que caiu! A minha irmã Gabriela, jovem estudante de 17 anos, refugiou-se em Paris, para evitar ser detida pela PIDE. Participou activamente no «Maio de 1968». Faleceu naquela cidade, aos 21 anos, em parte devido à frenética actividade militante que desenvolveu na emigração durante a sua agitada e fugaz existência!

Eu próprio, como é público, fui condenado, aos 15 anos, a um ano de prisão correcional pelo Tribunal Militar Especial. Detido uma segunda vez, fui estrear, com o meu pai, o «campo da morte lenta», cujo regime enfrentámos solidariamente durante cerca de uma década. No dia 1 de Janeiro de 1962, na sequência do assalto ao quartel de Beja, fui uma vez mais detido. A minha participação nessa tentativa revolucionária implicou mais quatro anos de detenção.

Na totalidade, passei mais de 16 anos nas cadeias do regime.

Eis um exemplo paradigmático do que foi o sacrifício de muitas famílias no quadro da prolongada luta contra o fascismo salazarista.

*Intervenção feita no colóquio sobre a resistência efectuado no Fórum de Lisboa, nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 1999, no âmbito das comemorações do 25º aniversário do 25 de Abril.

25 ABRIL

Carlos Carranca

O ELOGIO DOS CAPITÃES DE ABRIL



Tragicamente, o regime democrático deixou cair os seus heróis. Os militares de Abril, os capitães que tomaram Lisboa e derrubaram o salazarismo os últimos ali-cercos, são hoje castigados pela sua reconhecida ingenuidade (generosidade), depois de terem visto as suas carreiras interrompidas e terem sido ultrapassados por aqueles que, de Abril, escondem e negam o seu conteúdo mais nobre, o seu significado.

Lamento que o moderno Dr. Portas e o catedrático professor Marcelo tenham



inquinado (pelo menos nisto os dois estão de acordo) as comemorações dos anos da Liberdade.

Os capitães de Abril fizeram uma revolução exemplar (sem sangue); nada pediram para si; de tudo abdicaram, deixando aos civis, ao poder democrático, o poder de governar Portugal.

A Associação 25 de Abril, pela voz de Vasco Lourenço, mais uma vez por ingenuidade, acreditou no catedrático professor Marcelo: apresentou-lhe um rascunho, em papel não timbrado, que visava rectificar as injustiças de que foram vítimas muitos dos

militantes revoltosos. Despudoradamente, este divulgou - o.

Duplamente lesados, esses militares são agora alvo da crítica, da demagogia, do oportunismo político e do reaccionarismo que derrubaram há 25 anos.

A História de Portugal, a mediática, é hoje a do professor Hermano (o ministro da crise académica de 69), a do Salazar antifascista.

Apesar de todas estas misérias políticas, os meus filhos nasceram e vivem em liberdade e devem-na à generosidade dos capitães de Abril.



O QUE TEM O PS PARA OFERECER DE NOVO, AOS PORTUGUESES?

A recente Convenção do CDS-PP, em Viseu, fecha o ciclo dos preparativos das principais forças políticas portuguesas, em face do duplo embate eleitoral do presente ano.

Os portugueses serão chamados a pronunciar-se, num curto espaço de tempo, primeiro sobre a representação parlamentar nacional ao Parlamento Europeu; em segundo lugar sobre o Partido ou coligação de Partidos que escolherão para governar o País, mais quatro anos.

Esta dupla escolha tem um significado particular e está muito longe de apenas servir para cumprir calendário.

Quanto às eleições para o Parlamento Europeu, elas serão determinantes para a definição da *maioria político-ideológica* que irá decidir questões nucleares para o futuro da Europa, como o alargamento a Leste, a reestruturação das instituições da União, a reforma dos Fundos Estruturais e a mais polémica delas todas, a evolução da União Económica e Monetária para um estádio preambular a uma certa forma de União Política.

Dai que o PS não possa deixar de se colocar perante este duplo embate, com determinação, sentido de realismo e ambição de vitória.

A candidatura de Mário Soares, à frente da lista do PS para o Parlamento Europeu, é uma garantia de partida para uma candidatura forte, exigente, irrequieta. Não é, todavia, um passaporte *stricto sensu* para uma vitória eleitoral antecipada, já que para além das evidentiíssimas vantagens traz, também, alguns factores de risco que devem ser, prudentemente sopesados e contornados.

Não deixarei quanto aos segundos, de aqui deixar à guisa de nota de rodapé, a subjacente sobrevalorização do papel do Parlamento sobre a efectiva liderança da Comissão, o verdadeiro motor da União, que a escolha poderá trazer implícita.

O reforço da composição do Partido Socialista Europeu é um objectivo fundamental para o espaço do socialismo e da social-democracia europeia, já que só um bloco alargado e forte do centro-esquerda poderá garantir uma Europa mais social, mas ao mesmo tempo melhor preparada para o embate da crise económica e conjuntural, que segundo a maioria dos observadores, fará a sua aparição dentro de 3 a 4 anos. É, no entanto, claro para todos que após o afastamento voluntário de Jacques Delors da presidência da Comissão, a União tem passado por um período de estagnação, de entropia, de falta de ambição que, a persistir, corre o risco de tolher o seu aprofundamento face aos desafios que tem pela frente.

Esses desafios exigem cada vez mais uma liderança forte, galvanizadora, culturalmente socialista, apaziguadora das diferenças, sobretudo entre a nova Alemanha

de Schroeder, o ex-centrismo de Tony Blair, e as posições próprias da França, da Espanha e de Portugal.

Dai que a antecandidatura de António Guterres à presidência da Comissão, expressamente afastada pelo próprio, não possa deixar de se colocar com uma referência *incontornável*, para os socialistas portugueses e para o País.

Sendo impossível prever o futuro, talvez não venha a haver uma nova oportunidade para um país do Sul, aparentemente periférico à elite da construção europeia, desempenhar um papel histórico e profundamente mobilizador de uma nova e efectiva identidade europeia.

Finalmente, não obstante a solidez da lista do PS e a relativa debilidade da lista apresentada pela Alternativa Democrática (AD), a vitória não está de forma alguma garantida e exige um esforço de clarificação e mobilização da parte do PS. A subida da tendência abstencionista que tem sido a constante nas várias eleições europeias constitui uma ameaça que importa considerar.

Também quanto às eleições legislativas previstas para o final do ano, a sua importância releva do facto do eleitorado ser chamado a pronunciar-se sobre a escolha efectuada há três anos e meio quando deu ao PS e à Nova Maioria um mandato inequívoco para governar, pondo fim a 10 anos de cavaquismo.

É a acção do Governo PS nestes quatro anos, que estará sob avaliação e julgamento dos eleitores e sobre isso não pode haver - digam o que disserem as sondagens e os *opinion makers*, - o mínimo triunfalismo e autocomplacência.

Os eleitores serão chamados a pronunciar-se sobre o que o Governo do PS fez (e não fez) e se o fez de forma diferente comparativamente ao Governo anterior.

Tem sido referido, e é importante relembra-lo neste momento, que o eleitor médio português tem memória curta e usa como bitola da sua ponderação factores de irracionalidade que têm a ver mais com a simpatia ou antipatia que lhe merece os líderes políticos, numa determinada conjuntura, mais que os programas eleitorais ou a sua concretização ou incumprimento por quem está no Poder.

Recordo que estiveram em confronto, nas últimas eleições, dois valores essenciais do vocabulário político e eleitoral: o valor da *estabilidade*, protagonizado pelo sucessor de Cavaco Silva, na «obra realizada», no desenvolvimento económico e infra-estrutural do País, no sucesso da integração europeia e numa nova relevância da imagem de Portugal em Bruxelas. Em contraponto, apresentou-se o valor da *mudança*, arvorado pelo PS na necessidade do País «romper» com a crispação introduzida pelo cavaquismo na sociedade portuguesa, no acentuar dos conflitos sociais, no aumento das desigualda-

des e iniquidades, na majoração dos interesses das classes abastadas sobre a maioria da população, na lógica do clientelismo no aparelho de Estado e na comunicação social.

Três anos e meio são mais que suficientes para demonstrar ao País, que os socialistas foram e são capazes tanto como os liberais de governar o País, prosseguir e aprofundar a sua integração europeia, ombrear com os parceiros europeus na gestão das principais decisões, na negociação dos dossiers, na obtenção das contrapartidas sectoriais, como *iguais*. Tanto como na política interna, manter a economia no rumo certo, controlar a inflação e o défice orçamental, otimizar a distribuição da riqueza, reforçar o acesso ao crédito privado, dinamizar a captação de investimentos privados, pondo fim a um ciclo de 25 anos, que passou por uma intervenção reguladora do Estado na economia, que deixou de ter qualquer sentido.

Estes sucessos - e avaliar a acção de um dado Governo pela lógica heráldica dos sucessos e insucessos é porventura insuficiente e fugaz - têm sido possíveis pelo sentido de respeito ao programa submetido a sufrágio, pela capacidade de diálogo, de tolerância, de consensualidade que o Governo tem exibido nas crises que lhe têm surgido no caminho ou têm sido contra ele movidas. Mas em política, há tempo para tudo: para conciliar e para romper, para continuar e mudar. A próxima decisão dos eleitores não deixará de colocar-se no fim deste ano de 99, no que o PS tem de novo para oferecer aos Portugueses, mais do que no simplista sublinhado do muito que foi feito e da necessidade do eleitorado renovar o mandato e conferir uma nova maioria, para o PS continuar e prosseguir a obra iniciada.

Isto é em detrimento de uma imagem estática, de mera continuidade da obra feita, o PS só ganhará de forma clara se submeter aos eleitores uma aposta de mudança, em direcção à clarificação e à modernidade.

Começa a instalar-se, de forma por enquanto irracional na opinião pública, a ideia que o PS é capaz de governar, sem crispações ou rupturas, com grande capacidade de diálogo, mas sem mover grandes ondas, adiando para um *depois* sempre longínquo, as grandes mudanças, as alterações de fundo que a sociedade portuguesa exige, com o receio de despertar antagonismos, de pôr em causa interesses corporativos instalados. A Saúde, a Justiça, a Segurança Social, o Mercado de Trabalho, o Sistema Fiscal são algumas das áreas sobre que se impõe, corajosamente reflectir, programar e implementar mudanças. São áreas críticas que integram o essencial do bem estar dos portugueses e sobre que é in-

dispensável mudar e ter capacidade de arriscar.

Essa mudança, essa inevitabilidade tem que ficar clara aos olhos dos eleitores, num compromisso fundamental do Primeiro Ministro em relação ao País. Esse compromisso ultrapassa o mero conteúdo programático, porque diz respeito a uma relação de confiança que o Primeiro Ministro tem e mantém com o País. O País confia em António Guterres e é preciso que continue a confiar no Partido Socialista.

Isto significa que este combate não pode ser um combate *solitário*, mas deve envolver o Partido como organização com identidade e estrutura própria e autónoma do Governo e plataforma mobilizadora de eleitores.

É preciso reconhecer que a lógica do funcionamento do Governo e do exercício do Poder tem adormecido a vida e a estrutura do Partido, colocando-o num estado de sonambulismo que parece não reagir a qualquer estímulo externo. Esta apatia encontra-se espelhada nas secções de empresa, nas secções de residência, no desinteresse dos militantes pela vida partidária, o que os últimos escrutínios internos têm confirmado. O Gabinete de Estudos vive hoje menorizado numa lógica de priorização das estruturas de apoio aos membros do Governo que é em si redutora e pouco saudável.

Dai que o anúncio do reavivar dos *Estados Gerais* seja em si uma excelente oportunidade para que o PS ganhe uma nova vida, uma nova militância, sem a qual o desiderato da vitória nos próximos dois combates eleitorais pode ser incumprível. O PS encontrou na sua forma de alargamento à sociedade portuguesa, aos independentes, aos intelectuais, aos líderes de opinião regionais e nacionais um estilo e uma plataforma de diálogo com o País que deve ser repetido, não em ultrapassado *remake* mas ajustado as novas condições políticas.

O PS tem hoje à sua direita um bloco que se procura reagrupar, tentado captar o descontentamento daquelas faixas do eleitorado que tendo votado à esquerda há três anos e meio, poderão de novo mudar o sentido de voto, se o PS não os convencer que mais uma força de consenso é uma força de mudança na sociedade portuguesa. Entre elas, ocupam espaço decisivo os jovens cujas expectativas de vida, de realização e progresso social exigem uma resposta séria. A renovação do PS tem que passar por estes mais do que no reagrupamento da velha esquerda jacobina, republicana ou *gauchiste* que em si não traduz um efectivo alargamento da sua influência e capacidade mobilizadora na sociedade portuguesa.

*Professor universitário



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Pintura em Albufeira

Hoje a cidade converte-se na capital da música de dança em Portugal, um estatuto que se prolongará pelo fim-de-semana de Páscoa. É que na discoteca Kadok actuarão três dos exponents máximos do género: Carl Cox, Jeff Mills e DJ Can. A Galeria de Arte Pintor Samora Barros acolhe, a partir de amanhã e até ao final do mês, a exposição dos mais recentes trabalhos em pintura da artista Ilda Contente. Não esqueça que, no sábado e domingo, decorrerá o Mercado Paderne (actividade desportiva) e, na terça-feira, dia 6, será a vez de participar num outro Mercado, o Orada.

A partir do dia 5 e até ao dia 9 participe no Workshop Baixo, uma iniciativa destinada a todos os jovens do concelho que se realizará, obviamente, na Casa do Jovem.

Contos em Coimbra

Os trabalhos da pintora Marta Valente poderão ser apreciados, até ao dia 14, no Café-Galeria Almedina, entre as 8 e as 4 horas.

Para os mais pequeninos, a Câmara Municipal e a Biblioteca Infantil/Ludoteca organizaram «Assim na Fogueira».

Este projecto foi elaborado a partir de contos tradicionais das Tchokwe (Nordeste de Angola) e destina-se a crianças do ensino pré-escolar com mais de quatro anos e a alunos do 1º ciclo do ensino básico.

A actividade desenvolve-se num espaço decorado de forma a sugerir uma floresta, onde decorre a acção da primeira história, continuando no interior de uma «tshota» (casa comunitária), onde serão contados outros três contos, através de uma técnica tradicional da cultura Tchokwe.

«Assim na Fogueira» insere-se no âmbito do programa de animação infantil da Casa Municipal da Cultura que está a ser dinamizado até ao próximo dia 17.

Música em Lisboa

Os XXIII Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea começam no sábado, prolongando-se até ao dia 16.

Serão a Orquestra e o Coro Gulbenkian, a Orquestra Sinfónica Portuguesa, a Ensemble Intercontemporain Electric Phoenix, entre todo um magistral conjunto de maestros solistas e agrupamentos, que farão as delícias dos amantes da música clássica.

No dia 6, pelas 19 horas, não perca, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, um recital de piano em que se recriarão, pelas mãos do solista Stephen Kovacevich, as mais ilustres composições de Beethoven.

No dia seguinte, quarta-feira, 7 de Abril, no mesmo horário e local, será altura de apreciar a voz da soprano Barbara Bonney que será acompanhada ao piano.

Os admiradores da italianíssima Laura Pausini poderão desfrutar da presença da cantora, em concerto, na terça-feira, dia 6, no Coliseu.

Para os que não têm especial gosto para os recintos fechados neste período Primavera - Verão, não cairá mal a sugestão de um passeio ao ar livre.

Os estudantes têm a vida facilitada. Bastará «apanhar» o autocarro cultural da CML e fazer um percurso pelos locais mais emblemáticos e turísticos da cidade, com paragem nos museus da Ciência, Marinha e Militar.

Torneio na Marinha Grande

Para além do calendário de jogos que compõem o V Torneio Internacional da Páscoa em futebol juvenil, a disputar até ao sábado, esta grande festa conta agora com um outro não menos forte motivo de interesse: a presença no torneio dos veteranos do futebol nacional que integram o Clube Portugal que, pelas 15 horas do dia 3, defronta-

rão no relvado do Estádio Municipal a formação de veteranos do Sport Lisboa e Marinha.

Nomes como Eusébio e Hilário (no papel de directores), Manuel José (treinador), Damas, Bento, Alfredo, Carlos Xavier, Lima Pereira, Fernando Gomes, Jaime Pacheco e Jaime Magalhães (em campo) demonstrarão aos mais jovens que na arte de bem tratar a bola, quem sabe nunca esquece.

Escultura em Matosinhos

Um total de 20 trabalhos em escultura da autoria de Anabela Paiva poderão ser apreciados durante a mostra que a Galeria Arménio Lusa terá patente ao público durante todo este mês.

A exposição intitula-se «Animais Vegetais do Fundo do Mar da Costa Portuguesa, Açores e Madeira» e para ela será utilizado o espaço no exterior.

Concerto em Portimão

Amanhã, às 21 e 30, a Igreja Matriz transformar-se-á no palco para um concerto de Páscoa a cargo da Orquestra do Norte e do Coro da Universidade de León.

Sob a direcção de José Ferreira Lobo serão recriadas obras de Verdi - Requiem». Os amantes do desporto não devem deixar passar em vão o Torneio Internacional de Futebol Júnior Cidade de Portimão que se realizará amanhã e no sábado.

«Feijão com Arroz» no Porto

Pela primeira vez no Porto, Mísia actuará, hoje, ao vivo, no Rivoli - Teatro Municipal, interpretando as suas «Garras dos Sentidos».

A eléctrica e bem conhecida cantora brasileira Daniela Mercury apresentará um dos seus dinâmicos e coloridos espectáculos nas próximas segunda-feira, dia 5, e terça-feira, dia 6, no Coliseu da Cidade Invicta. Entretanto, no Mercado Ferreira Borges poderá beneficiar de um momento cultural menos turbulento ao visitar a mostra «Espaços - Caminhando pelos Jardins e Parques Públicos do Porto». Esta exposição apresenta cada um dos jardins e dos parques da metrópole portuense, tendo em conta a sua história e importância na qualidade de vida da Invicta.

Andebol em Vila Real de Santo António

A Selecção de Portugal de Andebol - Juniores vai tentar apurar-se para a fase final do Campeonato do Mundo, durante o torneio de qualificação que se jogará no Complexo Desportivo Municipal, a partir de amanhã e até ao domingo, dia 4. Participam também nesta fase as selecções da Noruega, Finlândia e Turquia, sendo apenas apuradas uma das equipas para o final da prova.

SUGESTÃO

Bravo Benigni!

O pitoresco realizador e actor de «A Vida é Bela» está a ser homenageado pela Me-deia Filmes.

Roberto Benigni foi o primeiro artista estrangeiro que ao longo de décadas arrebatou três Óscares à Academia de Hollywood.

Assim, se quiser conhecer melhor as obras deste homem do cinema que, na sua Itália, passou de benedito a maldito e, por fim, a herói, não deixe de passar pelo Nimas, onde, até à próxima quinta-feira, dia 8 de Abril, serão exibidas três fitas-sucesso: «O Pequeno Diabo», de 1989 (sexta e sábado); «O Monstro», de 1994 (domingo, segunda e terça-feira); e «Johnny Palito», de 1991 (quarta e quinta-feira).

Foram os horrores da Segunda Guerra Mundial que inspiraram uma ousada, corajosa e muito bem concebida comédia que, mercedadamente, arrecadou três Óscares da Academia (melhor Filme Estrangeiro, Melhor Actor e Melhor Banda Sonora Original).

Confessadamente em «tumulto», Roberto Benigni não se furtou ao prazer de ser ele mesmo, num «acto de amor», arrebatando a multidão que no Dorothy Chandler Pavilion participava da cerimónia anual de entrega do galardão do cinema mais co-biçado.

«Agradeço à minha família o maior de todos os legados: a pobreza», disse Roberto Benigni perante uma assistência hesitante entre o riso frenético e o choro comovido.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Ruas desertas

*Pobre mulher
de todas as esquinas,
que andas a vender?
O espectro do teu amor?*

*Ninguém o quer.
Cheira a esqueleto e a suor.*

*Pobre mulher
de todas as ruas,
que andas a vender?
Carne de calafrio?*

*Ninguém a quer.
Cheira a poço frio.*

*Pobre mulher
de todas as garras,
que andas a vender?
A tua solidão?*

*Ninguém a quer.
Trazemo-la no coração.*

*Pobre mulher
de todas as esquinas,
já sem carne nova
como as outras merinas...*

*Ninguém te quer!
Ninguém te quer!*

*Cheiras a terra
Cheiras a silêncio.
Cheiras a cova.*

José Gomes Ferreira

Bob Dylan

7 de Abril
Pavilhão Atlântico
(Parque das Nações)
Lisboa

8 de Abril
Coliseu do Porto



OS APOIOS DO COSTUME!

O **crash** da AD é uma daquelas previsões que facilmente podiam ser feitas antes, durante ou depois do jogo.

Realmente para quem conhecesse, minimamente, o perfil (e o carácter) dos dois líderes da direita não era difícil essa previsão.

No plano político nacional muito pouco irá mudar seguramente.

Juntos ou separados, liderados por Marcelo e Portas, ou por Barroso e Monteiro, o quadro é o mesmo: *incapacidade absoluta de criar, a curto prazo, uma alternativa democrática ao Governo socialista*, o que seria até desejável para o reforço da maturidade e para o desenvolvimento salutar da democracia portuguesa.

A preocupação socialista só existe e, só pode existir, nesse quadro global, pois é claro que nada de substancial mudou, não só porque a oposição não se requalificou, nem requalificará tão cedo, mas, sobretudo,

porque a qualidade da gestão governativa e o referencial de estabilidade que é hoje o partido maioritário, se mantém e como tal são reconhecidos pelo eleitorado.

Resta assim apanhar e juntar os cacos que resultaram da quebra de cântaro.

A encenação, de resto, já começou.

À direita - mais direita - o *frenético* Portas, afirma-se seguro e determinado mas ninguém o leva a sério.

O carácter e a personalidade da personalidade dão sistematicamente para o torto.

É com alguma expectativa que se aguarda a concretização da sua proposta de *parceria para a Justiça* esperando que, desta vez, as palavras o não tenham traído e a tal proposta não se transforme, afinal, numa *amostra* de contas pessoais com a justiça. À direita, - menos direita - parece ter finalmente chegado a hora de um novo líder. Construído, empurrado e encurralado lá vai o Dr. Barroso.

Será muito interessante verificar como ficará constituída a futura direcção do PSD. Se o destino se cumprir, todos os que foram marcelistas e, antes disso, nogueiristas e, antes disso, cavaquistas, lá estarão *convictamente* a ajudar o futuro líder ... até ao próximo.

São os apoios do *costume* que, não sendo exclusivo do PSD, tem neste partido uma importância estrutural determinante.

Este é o folclore a que já vamos estando habituados.

Resta-nos saudar o grande êxito do Governo no que diz respeito à negociação da Agenda 2000 (perspectivas financeiras para a União no período de 2000 a 2006). Portugal tem assegurada a manutenção e mesmo o crescimento de fluxos financeiros indispensáveis à sustentação do seu desenvolvimento.

Neste quadro que interessa a tragédia (ou comédia) do PSD ?

«Não haverá modernização da agricultura e do desenvolvimento rural sem uma orientação clara e duradoura em matéria de sucessão intergeracional.»

Capoulas Santos

Expresso, 27 de Março

«A demissão de Oskar Lafontaine do Governo alemão é um sinal negativo e prenuncia maus tempos para os partidos socialistas na Europa.»

Helena Roseta

Visão, 25 de Março

«As sessões de terapia com Woody Allen são as mais baratas e, além disso, o prazer é garantido.»

Maria Elisa

Diário de Notícias, 28 de Março

«Infelizmente, as empresas não contabilizam o acto de ler como uma necessidade de valorização profissional.»

Idem, ibidem

«Nos últimos anos, um pouco por toda a parte na Europa e no mundo, tem-se procurado destruir a ideia de serviço público e passar para as mãos dos particulares funções que definem a própria essência do Estado.»


Manuel Alegre

Expresso, 27 de Março

«Dos sonhos, só uma parte é realizável; a outra parte é utopia.»

Melo Antunes

Visão, 25 de Março



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz